



Relatório de Assessoria de Imprensa

Período: 09/03/2021 a 10/03/2021



Índice**SESC | RN**

FECOMÉRCIO RN / SESC RN

Sesc RN continua credenciamento para educadores físicos

Notícias – 09/03/2021 5

No Minuto | RN

FECOMÉRCIO RN / SESC RN

No mês da mulher, Sesc permanece realizando mamografias gratuitas em Natal

Notícias - 09/03/2021 6

Blog da Juliska | RN

FECOMÉRCIO RN / SESC RN

No mês da mulher, Sesc RN permanece realizando monografias gratuitas em Natal

Notícias - 09/03/2021 7

Tribuna do Norte | RN**Bares e restaurantes de Natal estão fechando às 20h**

Notícias - 09/03/2021 8

Tribuna do Norte | RN**Fechamento às 20h inviabiliza funcionamento de bares e restaurantes, diz prefeito de Natal**

Notícias - 09/03/2021 9

Tribuna do Norte | RN**Parnamirim limita a 50% lotação em transportes públicos e academias**

Notícias - 09/03/2021 10

Tribuna do Norte | RN**MPRN pede condenação de Arena das Dunas ao ressarcimento de R\$ 32,6 mi ao Estado**

Notícias - 09/03/2021 11

Tribuna do Norte | RN**Em janeiro, volume de serviços cresceu 1,6% no RN**

Notícias - 10/03/2021 12

Tribuna do Norte | RN**Anac abrirá, nos próximos dias, consulta pública por 45 dias para relicitação do Aeroporto do RN**

Notícias - 10/03/2021 13

Tribuna do Norte | RN**Justiça decidirá rumo de decretos do Governo e da Prefeitura**

Notícias - 10/03/2021 16

Tribuna do Norte | RN**Ceará-Mirim fecha comércio e órgãos públicos por 7 dias**

Notícias - 10/03/2021 18

Estadão | DF**Economia de gatilhos prevista em PEC é menor do que gasto com auxílio**

Notícias - 10/03/2021 20

Estadão DF Fintechs e Google fundam entidade para ter mais voz Notícias - 10/03/2021	21
Estadão DF Novo cenário político leva a revisão de projeções Notícias - 10/03/2021	22
Estadão DF Governo quer 'fundo de amortecimento' para combustíveis Notícias - 10/03/2021	23
Estadão DF Para crescer no digital, Magalu aposta em moda, beleza e delivery de comida Notícias - 10/03/2021	24
Estadão DF 'No Assaí, foi uma decisão não ir para o e-commerce' Notícias - 10/03/2021	25
Estadão DF Huawei está descartada de rede do governo, diz ministro Notícias - 10/03/2021	26
Estadão RJ Serviços prestados têm alta de 0,6% em janeiro, informa IBGE Notícias - 10/03/2021	27
Folha de São Paulo DF Ascensão de Lula retarda rompimento do mercado financeiro com Bolsonaro Notícias - 10/03/2021	28
Folha de São Paulo DF Brasil precisa acelerar vacinação para retomada, afirma OCDE Notícias - 10/03/2021	29
Folha de São Paulo RJ Erro trava repasse de isenção de tributo no gás Notícias - 10/03/2021	30
Folha de São Paulo SP Digitalização amplia investimento em startups e fintechs na pandemia Notícias - 10/03/2021	31
O Globo DF Câmara aprova texto-base da PEC do auxílio Notícias - 10/03/2021	32

RELATÓRIO

O jornal Tribuna do Norte destaca, em matéria da página 08 do clipping, que os bares e restaurantes de Natal estão sendo fechados às 20h. Habib Chalita, presidente do Sindicato de Hotéis, Restaurantes, bares e Similares do Rio Grande do Norte (SHRBS-RN), informou que os estabelecimentos estão sendo obrigados a seguir o decreto estadual e contra a definição da Prefeitura de Natal, que estabelece a permissão para o funcionamento dos espaços até às 21h. Para o prefeito da capital potiguar, Álvaro Dias, o fechamento às 20h inviabiliza o funcionamento dos estabelecimentos. Confira a opinião do gestor, em matéria do Tribuna do Norte, na página 09 do clipping.

A Prefeitura de Ceará-Mirim anunciou, nesta terça-feira (9), o fechamento do comércio e de órgãos públicos por 7 dias. O Tribuna do Norte explica, na página 18 do clipping, que a adoção de medidas mais rígidas decorre da ocupação total de leitos clínicos destinados ao tratamento da Covid-19 no município. Os estabelecimentos considerados essenciais, como supermercados e farmácias, só poderão abrir com limite de até 30% da capacidade. Já a Prefeitura de Parnamirim limitou a 50% lotação em transportes públicos e academias. A medida assinada pelo prefeito Rosano Taveira está em vigor e só será alterada caso a situação da pandemia no município melhore, sendo obrigatória a publicação de nova norma. Saiba mais na página 10 do clipping.

O Estadão revela, na página 27 do clipping, que o volume de serviços prestados no País cresceu 0,6% na passagem de dezembro para janeiro, puxado por uma melhora no transporte de passageiros e em serviços de engenharia, segundo os dados da Pesquisa Mensal de Serviços divulgados ontem (9) pelo IBGE. Já o Tribuna do Norte aponta que o volume de serviços no Rio Grande do Norte cresceu 1,6% no mesmo período. Quando comparados os meses de janeiro de 2020 e 2021, os dados mostram uma queda de 10,9% e, nos últimos 12 meses, retração de 16,8%. Saiba mais na página 12 do clipping.

A OCDE (grupo de 38 dos principais países do mundo) aponta que o Brasil precisa acelerar vacinação para permitir a retomada da economia. A instituição elevou sua estimativa de crescimento da economia mundial neste ano, de 4,2%, na análise feita em novembro, para 5,6% nos cálculos divulgados nesta terça (9). Para 2022, a previsão é de crescimento global de 4%. Para a economia brasileira, a OCDE prevê crescimento de 3,7% neste ano e 2,7% em 2022. Confira detalhes em matéria do jornal Folha de São Paulo, página 29 do clipping.



Imagens dos Clippings (a seguir)

Veículo: SESC RN - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 09/03/21 - **Cidade/UF:** RN
Título: Sesc RN continua credenciamento para educadores físicos **Impacto:** Positivo
Link: <https://sescrn.com.br/noticias/505/sesc-rn-continua-credenciamento-para-educadores-fisicos>

09 DE MARÇO DE 2021

Sesc RN continua credenciamento para educadores físicos

Os interessados devem acessar o site www.sescrn.com.br, na aba credenciamentos, preencher um formulário para ter acesso ao edital.

O Serviço Social do Comércio Rio Grande do Norte (Sesc RN), instituição do Sistema Fecomércio RN, continua com credenciamento vigente para prestação de aulas esportivas pelo período de 12 (doze) meses. O cadastramento é direcionado para educadores físicos (pessoa jurídica).

Os interessados devem acessar o site www.sescrn.com.br, na aba credenciamentos, preencher um formulário para ter acesso ao edital. A prestação dos serviços ocorrerá nas instalações do Sesc RN e nas empresas-clientes da instituição.



Serviço:

Sesc credencia educadores físicos (pessoa jurídica)

Onde? www.sescrn.com.br, na aba credenciamentos

Prazo para credenciamento? até 2/3/2022

Veículo: NoMinuto.com - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 09/03/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: No mês da mulher, Sesc permanece realizando mamografias gratuitas em Natal **Impacto:** Positivo
Link: <https://nominuto.com/noticias/saude/no-mes-da-mulher-sesc-permanece-realizando-mamografias-gratuitas-em-natal/214161/#:~:text=Para%20marcar%20o%20m%C3%AAs%20das,at%C3%A9%20o%20fim%20de%20mar%C3%A7o.&text=As%20mamografias%20se%20destinam,entre%2025%20e%2064%20anos>

No mês da mulher, Sesc permanece realizando mamografias gratuitas em Natal

Meta é atender mais de 1.100 pessoas entre janeiro e março, dentro da política nacional de rastreio do câncer.

Da redação, Sesc, 9 de março de 2021

Compartilhar 0

Twitear

Divulgação/Sesc



Expectativa do Sesc é a conclusão de mais de 1.100 procedimentos, a contar de janeiro quando teve início a ação.

Para marcar o mês das mulheres, a Unidade Móvel Sesc Saúde Mulher permanece com agendamento na zona Norte de Natal, onde pretende realizar 300 mamografias gratuitas até o fim de março. Com apoio do Sistema Fecomércio, a expectativa é a conclusão de mais de 1.100 procedimentos, a contar de janeiro quando teve início a ação.

O trabalho desenvolvido pelo Sesc nas unidades móveis integra a política nacional de rastreio do câncer, mantida pelo Ministério da Saúde, pois todos os casos identificados da doença são notificados ao município parceiro. As mamografias se destinam para mulheres de 50 a 69 anos, e os preventivos para pessoas com idade entre 25 e 64 anos.

Para ter acesso, a paciente necessita fazer o agendamento e envio dos documentos pelo aplicativo Whatsapp (84) 99128-4416, de segunda a sexta-feira, das 9h às 16h. Será solicitado cópias em folha única do RG, CPF, cartão SUS, comprovante de residência.

A consulta obedecerá os protocolos de biossegurança e será até o dia 31 de março, com data e horário validados após confirmação do recebimento dos documentos. A Unidade Móvel Sesc Saúde Mulher permanece estacionada na Rua Paranduva, 2.873. Conjunto Santa Catarina, zona norte de Natal.

Serviço

O que? Mamografia na Unidade Móvel Sesc Saúde Mulher

Quando? Enquanto houver vagas

Agendamento? Whatsapp (84) 99128-4416

Envio de documentos? Cópias em folha única do RG, CPF, cartão SUS, comprovante de residência.

Onde? Sesc Zona Norte, Rua Paranduva, 2873. Conjunto Santa Catarina, Natal

Veículo: Blog da Juliska - **Tipo de Mídia:** Blog - **Data:** 09/03/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN

Título: No mês da mulher, Sesc RN permanece realizando mamografias gratuitas em Natal **Impacto:** Positivo

Link: <https://www.blogdajuliska.com.br/no-mes-da-mulher-sesc-rn-permanece-realizando-mamografias-gratuitas-em-natal>



No mês da mulher, Sesc RN permanece realizando mamografias gratuitas em Natal

Para marcar o mês das mulheres, a Unidade Móvel Sesc Saúde Mulher permanece com agendamento na Zona Norte de Natal, onde pretende realizar 300 mamografias gratuitas até o fim de março. Com apoio do Sistema Fecomércio, a expectativa é a conclusão de mais de 1.100 procedimentos, a contar de janeiro quando teve início a ação.

O trabalho desenvolvido pelo Sesc nas unidades móveis integra a política nacional de rastreio do câncer, mantida pelo Ministério da Saúde, pois todos os casos identificados da doença são notificados ao município parceiro. As mamografias se destinam para mulheres de 50 a 69 anos, e os preventivos para pessoas com idade entre 25 e 64 anos.

Para ter acesso, a paciente necessita fazer o agendamento e envio dos documentos pelo aplicativo Whatsapp (84) 99128-4416, de segunda a sexta-feira, das 9h às 16h. Será solicitado cópias em folha única do RG, CPF, cartão SUS, comprovante de residência.

A consulta obedecerá os protocolos de biossegurança e será até o dia 31 de março, com data e horário validados após confirmação do recebimento dos documentos. A Unidade Móvel Sesc Saúde Mulher permanece estacionada na Rua Paranduva, 2.873. Conjunto Santa Catarina, Zona Norte de Natal.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 09/03/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Bares e restaurantes de Natal estão fechando às 20h **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/bares-e-restaurantes-de-natal-esta-o-sendo-fechados-a-s-20h/504651>

Bares e restaurantes de Natal estão sendo fechados às 20h

Publicação: 2021-03-09 11:45:00

A maioria das cidades brasileiras enfrenta uma nova onda de restrições geradas por conta do aumento do índice de contaminações e óbitos ocasionados pela pandemia da Covid-19. Entretanto, algumas regiões passam por ações contrárias ao que é previsto nos decretos locais. Habib Chailita, presidente do Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do Estado do Rio Grande do Norte (SHRBS-RN), informa que os bares e restaurantes estão sendo obrigados a fechar às 20h, seguindo decreto estadual e contra a definição municipal.

Créditos: Adriano Abreu



Bares e restaurantes em Natal estão sendo fechados de acordo com decreto estadual

saiba mais

- Fechamento às 20h inviabiliza funcionamento de bares e restaurantes, diz prefeito de Natal
- Decretos contra a covid-19 confundem os natalenses.

De acordo com o ato normativo, os serviços de alimentação poderiam funcionar de 11h às 21h, todos os dias da semana, contudo, a determinação não foi seguida. "O decreto municipal não foi atendido. Tivemos a intervenção policial no último fim de semana,

e partir das 20h, e, além disso, foi instituído um toque de recolher que não estava previsto anteriormente, intervindo nas atividades comerciais do nosso setor", explica Chailita.

Para a Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação (FBHA), responsável pela coordenação sindical nacional de todos os hotéis, restaurantes, bares e similares estabelecidos no Brasil e filiados à entidade, a situação tem se agravado significativamente.

Na última semana, Alexandre Sampaio, presidente da FBHA, se posicionou contra o fechamento dos empreendimentos voltados à alimentação. De acordo com o empresário, caso o lockdown e o horário restritivo de circulação de pessoas não sejam alterados nacionalmente, o segmento enfrentará dificuldades em manter as suas atividades. "O fechamento desses estabelecimentos tem sido uma violência contra o setor. Apesar da taxa de contaminação ser alarmante e crescente, os restaurantes e bares foram os primeiros empreendimentos a adotar medidas rígidas para voltarem a funcionar, de forma segura, durante a pandemia. Esses espaços prezam pela saúde dos seus clientes e funcionários e, portanto, não é justo que sejam culpabilizados pela situação que estamos enfrentando", aponta.

Segundo Sampaio, outras cidades passam pela mesma situação enfrentada no Rio Grande do Norte. "Não é um problema que ocorre em um local específico. A federação recebe casos (dos sindicatos filiados à entidade), parecidos com o que Chailita mencionou, em diversas regiões. É inaceitável essa conduta, visto que, conforme as competências definidas constitucionalmente e recente decisão do STF, os governadores não podem intervir na edição de decretos municipais", destaca.

Sobre a FBHA

A Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação (FBHA) é uma entidade sindical patronal constituída com a finalidade de coordenação, defesa administrativa, judicial e ordenamento dos interesses e direitos dos empresários da categoria e atividades congregadas.

Integra a chamada pirâmide sindical, constituída pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), pela própria FBHA, pelos Sindicatos e pelas empresas do setor. É uma das maiores entidades sindicais do país e tem representação nos principais órgãos, entidades e conselhos do setor empresarial e turístico do Brasil, tais como o Conselho Nacional de Turismo (CNT), do Ministério do Turismo, ou o Conselho Empresarial do Turismo (Cetur) da CNC.

Está presente em todas as regiões, através de 87 sindicatos filiados. Representa em âmbito estadual e municipal cerca de 940 mil empresas, entre hotéis, pousadas, restaurantes, bares e similares.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 09/03/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Fechamento às 20h inviabiliza funcionamento de bares e restaurantes, diz prefeito de Natal **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/fechamento-a-s-20h-inviabiliza-funcionamento-de-bares-e-restaurantes-diz-prefeito-de-natal/504643>

Fechamento às 20h inviabiliza funcionamento de bares e restaurantes, diz prefeito de Natal

Publicação: 2021-03-09 08:44:00

O prefeito de Natal, Álvaro Dias, justificou a divergência entre o decreto municipal e o estadual com relação aos horários de funcionamento de estabelecimentos. Segundo o gestor, a ampliação em uma hora no funcionamento de bares e restaurantes foi embasada pelo Comitê Científico Municipal e tem o objetivo de garantir os empregos porque, no entendimento de Álvaro Dias, o fechamento às 20h inviabilizaria o funcionamento desses estabelecimentos e causaria desemprego. A declaração foi dada durante entrevista na manhã desta terça-feira (9), à InterTV Cabugi.

Créditos: Alex Régis



Álvaro Dias disse que manutenção de empregos também é prioridade

Segundo Álvaro Dias, ninguém sai de casa apenas jantar fora às 18h e, com o horário limite às 20h, conforme decretou o Governo do Estado, haveria uma queda vertiginosa de público nos estabelecimentos.

"A nossa preocupação é com o emprego, com o trabalho. Principalmente com os trabalhadores da iniciativa privada", afirmou Álvaro Dias, afirmando que funcionários públicos têm a garantia dos salários, mas os de estabelecimentos privados têm sido assombrados pela possibilidade de desemprego.

"Quando se obriga que ele feche às 20h, inviabiliza o funcionamento. Quem vai a um restaurante às 18h? Ninguém. Isso é uma outra pandemia. Se a pandemia da Covid mata, e mata realmente, o desemprego também mata. As pessoas sem condições de fazer feira, suas obrigações, também morrem. Queremos um ponto de equilíbrio entre prevenção à saúde e também manutenção dos empregos. Essa foi a finalidade do nosso decreto", explicou o prefeito.

O prefeito disse que deve haver um ponto de equilíbrio entre a prevenção à pandemia e manutenção do trabalho. Atualmente, a Região Metropolitana de Natal é considerada o epicentro do coronavírus no Rio Grande do Norte, segundo relatório do Laboratório de Inovação Tecnológica em Saúde (LAIS/UFRN). A ocupação das UTIs Covid na Grande Natal está em 94,2% na manhã desta terça.

Quando perguntado sobre tomadas de decisão em conjunto com o governo estadual, Álvaro Dias disse que está aberto ao diálogo e que, ao contrário do que foi dito anteriormente, teve contato com Fátima Bezerra antes da publicação do decreto municipal.

"Ela falou com o prefeito de Natal. Eu falei que iria analisar o decreto e iria tomar a decisão com base ao nosso comitê. Acho que estamos fazendo nossa parte, com hospital de campanha, com centros de atendimento, com profissionais de saúde e abrindo mais leitos", afirmou o prefeito.

Sobre a permissão para funcionamento de escolas privadas neste momento, ele disse que houve uma preparação por parte das instituições que permitiram o cumprimento de protocolos, mas que não ocorreu nas escolas públicas.

"Entendemos que as escolas privadas estão preparadas, investiram, elaboraram protocolo que protegem as crianças, e liberamos o funcionamento dessas escolas. Liberamos apenas as privadas porque as públicas não estão preparadas e, por isso, não devem funcionar ainda", explicou.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 09/03/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Parnamirim limita a 50% lotação em transportes públicos e academias **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/parnamirim-limita-a-50-lotaa-a-o-em-transportes-paoblicos-e-academias/504637>

Parnamirim limita a 50% lotação em transportes públicos e academias

Publicação: 2021-03-09 07:51:00

A Prefeitura de Parnamirim publicou, no fim da noite da segunda-feira (8), um decreto endurecendo as medidas de prevenção à covid-19. Entre as principais mudanças, estão a obrigatoriedade de limitação a 50% da capacidade das academias e também que os ônibus circulem metade do limite de passageiros. Também há ampliação sobre as restrições em condomínios.

Créditos: Adriano Abreu



Academias deverão seguir protocolo de biossegurança e só poderão receber, ao mesmo tempo, metade da capacidade



De acordo com o decreto, os prestadores de serviços de transporte público coletivo municipal e intermunicipal deverão realizar a adequação de sua frota, inclusive no que diz respeito ao horário, de modo a evitar a aglomeração de pessoas. Apesar de não haver a proibição de pessoas circulando em pé, o decreto determina que os ônibus não ultrapassem 50% da capacidade do veículo.

Com relação às academias de ginásticas, box de crossfit, estúdios de pilates e similares, a Prefeitura de Parnamirim determinou que os estabelecimentos poderão funcionar em horário normal, observando as normas sanitárias de higienização e distanciamento social, mas limitando a 50% da capacidade de cada local. O decreto determina, inclusive, que uma placa indicando o quantitativo máximo de pessoas deve ser afixada na entrada do estabelecimento.

Já nos condomínios, ficou facultada a liberação de uso das áreas comuns de lazer, mas com agendamento prévio e limitação à utilização somente por pessoas do mesmo núcleo familiar em cada momento agendado.

A medida assinada pelo prefeito Rosano Taveira está em vigor e só será alterada caso a situação da pandemia no município melhore, sendo obrigatória a publicação de nova norma.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 09/03/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: MPRN pede condenação de Arena das Dunas ao ressarcimento de R\$ 32,6 mi ao Estado **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/mprn-pede-condenaa-a-o-da-arena-das-dun-as-ao-ressarcimento-de-r-32-6-mi-ao-estado/504680>

MPRN pede condenação da Arena das Dunas ao ressarcimento de R\$ 32,6 mi ao Estado

Publicação: 2021-03-09 16:50

O Ministério Público do Rio Grande do Norte (MPRN) está movendo uma ação civil pública (ACP) em desfavor da Arena das Dunas e do ex-secretário da Secretaria Extraordinária para Assuntos Relativos à Copa do Mundo de 2014 (Secopa), Dométrio Paulo Torres. O principal pedido é que sejam condenados ao ressarcimento de R\$ 32.633.331,92 ao Estado, sendo a metade do valor referente ao pagamento por danos morais e coletivos à sociedade. Assim, foi requerida a indisponibilidade de bens dos demandados, no valor referente a esse montante.



Créditos: Alex Régis

Além disso, o MPRN quer que a Justiça determine que o estádio inclua as receitas de fontes adicionais na receita líquida, se abstendo de adotar interpretação diversa do conceito de "receita líquida" prevista na Lei nº 6.404/1976.

A ACP do MPRN tem por objetivo ajustar imediatamente a interpretação ilícita, equivocada e sem amparo no ordenamento jurídico, de "receita líquida" adotada pela Arena das Dunas, evitando, assim, o agravamento da lesão ao erário. O quadro apresentado reclama imediata solução, a fim de evitar que o Estado continue sendo prejudicado na parceria que foi firmada antes da Copa do Mundo de 2014, devido as ilegalidades encontradas.

Contrato firmado para a construção e exploração econômica da Arena das Dunas

Após a escolha de Natal como uma das sedes da Copa do Mundo de 2014, o Estado do RN, após a realização de diversos estudos, realizou licitação pública, na modalidade concorrência. O objetivo foi a contratação de empresa para, mediante concessão administrativa, a realização da demolição e remoção do Estádio Machado e Machadinho, bem como a construção, manutenção e gestão da operação do Estádio das Dunas (Arena das Dunas) – novo Machado e do seu estacionamento.

Em decorrência do referido certame licitatório, foi assinado, no dia 15 de abril de 2011, contrato de concessão administrativa entre o Estado, por meio do Departamento de Estradas de Rodagem do RN (DER/RN) e a Arena das Dunas Concessão e Eventos S/A, como concessionária.

No contrato foram inseridos itens referentes à contraprestação, contraprestação pecuniária e revisão contratual, com uma cláusula que estabelecia que o Estado deveria pagar à Arena das Dunas uma contraprestação pecuniária no valor mensal de 85% (parcela fixa) e um valor mensal variável de 15% (parcela variável), calculado com base no quadro de indicadores de desempenho (QID).

Em resumo, o contrato de concessão administrativa firmado tinha como objetivo, além da construção, a administração do novo estádio, a permissão para a exploração financeira, de modo que a concessionária pudesse auferir receitas e, com isso, também remunerar o Estado, de modo a reduzir o custo mensal despendido.

Atualmente, é de conhecimento público que a Arena das Dunas, além de alugar seu espaço, de forma contínua, para lojas, academias e agências de publicidade, também explora o uso do estádio firmando parcerias e contratos com diversos outros ramos (notadamente para a realização de eventos como jogos de futebol, parques de diversões, corridas de rua, shows musicais e eventos gastronômicos, entre outros).

A parceria firmada faz com que a empresa aufera receitas que devem ser partilhadas com o Estado, no montante de 50%, conforme termos constantes no contrato. No entanto, de acordo com um relatório de auditoria, elaborado pela Controladoria Geral do Rio Grande do Norte, e encaminhado ao MPRN, a Arena das Dunas deve valores ao Estado.

Além da contraprestação, a concessionária poderá ser remunerada por fontes adicionais de receitas, tais como publicidade, serviços especiais, locação e sublocação de espaços, ingressos, dentre outros, sendo que esta remuneração adicional será atribuída 50% da receita líquida à concessionária e 50% da receita líquida ao poder concedente, no caso, o Estado.

Diante desse quadro, a Controladoria Geral do Estado concluiu pela aplicação do conceito legal de receita líquida ao contrato de concessão (tratado na ACP), sobretudo em relação ao rateio das receitas de fontes adicionais entre as partes e, assim, pela necessidade de recálculo do montante que deveria ter sido repassado pela Arena das Dunas Concessão e Eventos S/A ao Estado.

Assim, o órgão expôs que a concessionária tem realizado, no cálculo dos valores a serem repassados ao Estado, no tocante às receitas de fontes adicionais, a dedução de diversos custos, sobretudo custos gerais e administrativos, relativos ao funcionamento normal da Arena das Dunas. Inclusive, ao analisar os contratos firmados pela Arena com terceiros, verificou-se que os custos têm sido repassados para as prestadoras.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 10/03/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN

Título: Em janeiro, volume de serviços cresceu 1,6% no RN **Impacto:** Neutro

Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/em-janeiro-volume-de-servicos-cresceu-1-6-no-rn/504732>

Em janeiro, volume de serviços cresceu 1,6% no RN

Publicação: 2021-03-10 09:00:00

O volume de serviços prestados no País cresceu 0,6% na passagem de dezembro para janeiro, puxado por uma melhora no transporte de passageiros e em serviços de engenharia, segundo os dados da Pesquisa Mensal de Serviços divulgados nesta terça-feira (09) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No Rio Grande do Norte, houve crescimento de 1,6% de dezembro para janeiro, e queda de 10,9% quando comparados os meses de janeiro de 2020 e 2021. Nos últimos 12 meses, a retração foi de 16,8%.

No caso da receita nominal, a PMS mostra crescimento de 0,3% de dezembro para janeiro, e queda de 10,9% quando comparados os meses de janeiro de 2020 e 2021, no RN. Nos últimos 12 meses, a retração foi de 14,4%. No Brasil, houve queda de 0,3% em janeiro ante dezembro, e de 7,8% em 12 meses.

"É importante lembrar que a segunda onda de covid-19 já era preocupante em janeiro no Brasil, mas estava longe do que viria em fevereiro e março. Isso significa que o aumento do mês de janeiro pode ser revertido nas próximas leituras", alertou a analista da corretora de valores XP Investimentos, Rachel de Sá, em nota.

A necessidade de prestação presencial de alguns serviços em meio à pandemia ainda faz com que o setor mostre uma menor velocidade de recuperação que as demais atividades econômicas, como o comércio e a indústria. "Seja porque parte das pessoas ainda não se sentem confortáveis para usufruir de serviços presenciais como restaurantes, viagens, afetando o transporte de passageiros, como pelo menor deslocamento das famílias", disse Rodrigo Lobo, gerente da pesquisa do IBGE.

Houve avanços em apenas duas das cinco atividades pesquisadas, ou seja, a expansão ficou concentrada, não foi disseminada, observou Lobo. Os ganhos foram registrados em transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (3,1%) e serviços profissionais, administrativos e complementares (3,4%).

"Transportes foi a recuperação em transporte de passageiros, que foi o que mais sentiu o efeito da pandemia, de se trabalhar de home office ou pelo menor movimento de viagens de lazer e negócios. Com o passar dos meses, a gente vê uma recuperação de receita das empresas que atuam no transporte de passageiros, mas ainda distante de recuperar o patamar pré-pandemia", disse Lobo.

Para o pesquisador, o segmento de serviços não foi afetado em janeiro pelo fim do pagamento do auxílio emergencial, mas sim pelo recrudescimento da pandemia de coronavírus, que inibiu a decisão de consumo de determinados tipos de serviços prestados às famílias (-1,5% em janeiro ante dezembro).

Quanto aos impactos do aumento no número de casos e óbitos de covid-19, Lobo acredita que essa tenha sido a causa da piora na taxa interanual do volume de serviços, que passou de queda de 3,1% em dezembro de 2020 ante dezembro de 2019 para recuo de 4,7% em janeiro de 2021 ante janeiro de 2020.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 10/03/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN - **Imagem:** 1/3
Título: Anac abrirá, nos próximos dias, consulta pública por 45 dias para relicitação do Aeroporto do RN **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/anac-abrira-nos-pra-ximos-dias-consulta-pablica-por-45-dias-para-relicitaa-a-o-do-aeroporto-do-rn/504716>

Anac abrirá, nos próximos dias, consulta pública por 45 dias para relicitação do Aeroporto do RN

Publicação: 2021-03-10 00:00:00

A Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) aprovou, nesta terça-feira (9), as minutas do edital e do contrato de concessão para a relicitação do Aeroporto Internacional Aluizio Alves, em São Gonçalo do Amarante (ASGA), na Grande Natal. Os documentos jurídicos para a concessão e os Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) serão submetidos à consulta pública por 45 dias. Segundo informações da Anac os documentos serão publicados nos próximos dias no Diário Oficial da União (DOU) e, em seguida, a consulta será aberta. Será realizada também sessão de audiência pública, por videoconferência, para participação dos interessados em conhecer melhor o processo.

Créditos: Magnus Nascimento



Expectativa é de nova concessionária assumir o Aeroporto do RN até fevereiro do próximo ano

A consulta pública sai depois de quase um ano após o consórcio Inframérica apresentar à União o pedido de devolução da concessão do Aeroporto. A previsão do diretor de assuntos corporativos da Inframérica, Rogério Coimbra, dada em entrevista à TRIBUNA DO NORTE, em meados de fevereiro, é de que a nova operadora que irá administrar o terminal só assumirá definitivamente as operações em fevereiro de 2022. A nova licitação deve ocorrer até o final deste ano, mas ainda será necessário um período de transição entre as empresas. Enquanto isso, a atual operadora garante que todos os serviços serão mantidos com a mesma qualidade, mesmo com a situação financeira agravada em virtude da pandemia do novo coronavírus.

A adesão à relicitação, comunicada pela atual concessionária do ASGA em 5 de março de 2020, é um ato voluntário e consiste na devolução amigável do ativo com a consequente realização de novo leilão e assinatura de novo contrato de concessão com o vencedor do certame. A relicitação é um mecanismo que traz segurança jurídica aos contratos e permite a continuidade da prestação dos serviços, uma vez que a concessionária deve manter a qualidade e os requisitos de segurança operacional até que a nova empresa assumirá as operações do aeroporto.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 10/03/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN - **Imagem:** 2/3
Título: Anac abrirá, nos próximos dias, consulta pública por 45 dias para relicitação do Aeroporto do RN
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/anac-abrira-nos-pra-ximos-dias-consulta-paoblica-por-45-dias-para-relicitaa-a-o-do-aeroporto-do-rn/504716>

De acordo com informações da Anac, além das melhorias regulatórias incluídas no modelo da 0ª rodada de concessão de aeroportos (em andamento), e já avaliadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), a principal alteração na minuta do edital do processo de relicitação do ASGA estão relacionadas com a mudança na forma de pagamento da contribuição inicial.

Em atendimento às diretrizes definidas pela Secretaria Nacional de Aviação Civil, do Ministério da Infraestrutura, definiu-se no edital do ASGA, entre outros parâmetros, que a contribuição inicial corresponderá a 90% do valor presente líquido do projeto sem outorga e o valor do capital social a ser subscrito e integralizado será de aproximadamente 50% da contribuição inicial mínima.

De acordo com a Lei nº 13.448/2017 e o Decreto nº 9.957/2019, a contribuição inicial deverá ser paga pelo novo contratado à concessionária anterior até o limite da indenização calculada pela Anac. Se houver saldo remanescente, o valor deverá ser recolhido ao Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC). Caso a contribuição inicial seja menor que a indenização devida, a União Federal realizará o pagamento da diferença. O objetivo é reduzir o risco para os proponentes e evitar eventuais atrasos no início da transição operacional.

Próximos passos

Após a consulta pública deve ocorrer uma audiência pública, no formato de videoconferência em virtude das medidas sanitárias decorrentes da pandemia, que, segundo a Anac, terá a data divulgada "oportunamente". Posteriormente, o processo seguirá para a aprovação do Tribunal de Contas da União (TCU), com posterior publicação do edital que informará a data do leilão. A expectativa da Inframérica é de que a nova licitação ocorra até o final deste ano. "Até lá, seguimos responsáveis pelo aeroporto, mantendo nosso compromisso com a qualidade e segurança. A gente não consegue ter data precisa, depende do tempo que o TCU levará para aprovar, mas a estimativa é de que o leilão aconteça entre outubro e novembro e a gente siga com a transição até fevereiro", declarou o diretor à época da entrevista à TN.

Leilão de 2011

A Inframérica venceu o leilão em 2011 com a proposta de R\$ 170 milhões, ágio de 228,82% sobre o valor mínimo estipulado pela Anac e superou a do principal concorrente, Consórcio Aeroportos do Brasil, que encerrou a disputa com oferta de R\$ 166 milhões (ágio de 221%) pelo direito de realizar a obra. O mínimo estipulado pela Agência era R\$ 51,7 milhões.

Coube à Inframérica construir quase 100% do terminal com 42 mil metros quadrados de área operacional e seis pontes de embarque. Os estudos de viabilidade do aeroporto à época do leilão previam um movimento de 4,3 milhões de passageiros em 2019, mas na realidade a demanda verificada foi de 2,3 milhões. Com a pandemia, o número caiu para 1.185.208, o menor desde que começou a operar em 2014.

Em 2019, segundo 'Balanço da Administração de Natal' publicado em junho passado, o Aeroporto acumulou em 2019 prejuízos na ordem dos R\$ 895,4 milhões. O balanço incluindo 2020 será concluído somente no próximo mês de abril, segundo a operadora.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 10/03/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN - **Imagem:** 3/3

Título: Anac abrirá, nos próximos dias, consulta pública por 45 dias para relicitação do Aeroporto do RN

Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/anac-abrira-nos-pra-ximos-dias-consulta-paoblica-por-45-dias-para-relicitaa-a-o-do-aeroporto-do-rn/504716>

Déficit

Além da frustração de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do País, outros fatores influenciaram no déficit financeiro do terminal, segundo o diretor da Inframérica, que embasaram na decisão de devolver o equipamento à União. Por questões regulatórias, as tarifas de embarque ficaram defasadas e hoje são 45% inferiores às dos aeroportos da segunda e da terceira rodadas de concessões, que foram licitados em 2012 e em 2013. Outro ponto é a torre do controle, única operada por uma concessionária no País, cujas tarifas de navegação representam um quarto do valor das que são praticadas pelas torres da Infraero ou do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA), vinculado à Aeronáutica.

"Isso tornou o contrato insustentável. Sendo assim, a decisão tomada foi adotar a lei de devolução amigável. A gente achou que era muito melhor seguir esse caminho do que eventualmente não conseguir operar o aeroporto com qualidade, não manter o padrão, enfim. A concessionária formalizou um compromisso de até o final do processo manter 100% dos níveis de segurança e qualidade dos serviços", disse Rogério Coimbra.

No final de dezembro do ano passado, a Anac aprovou um reequilíbrio para o contrato de concessão do Aeroporto correspondente a um prejuízo de R\$ 20.499.736,34 a ser recomposto por meio de deduções das contribuições mensais, devidas em 2020, e pela majoração temporária da Tarifa de Uso das Comunicações e dos Auxílios Rádio e Visuais em Área Terminal de Tráfego Aéreo (TAT).

Histórico

5 de março

Tem início o processo de relicitação do Aeroporto Internacional Aluizio Alves com o pedido da concessionária.

26 de maio

Diretoria da ANAC aprovou a viabilidade técnica e jurídica da relicitação, encaminhando os documentos para o Ministério da Infraestrutura e, posteriormente, houve a qualificação pelo Conselho do Programa de Parcerias e Investimentos (CPPI).

10 de junho

Aprovada a relicitação do ativo em reunião do CPPI com a presença do Presidente da República e do ministro da Economia.

17 de novembro

Aditivo contratual da relicitação é aprovado pela ANAC e segue para análise e assinatura da concessionária.

19 de novembro:

Concessionária assina Aditivo para que entre em vigência e tenha início o processo da nova licitação.

09 de março de 2021

Anac aprova as minutas do edital e do contrato de concessão para a relicitação do Aeroporto Internacional Aluizio Alves, em São Gonçalo do Amarante (ASGA), e abrirá consulta pública por 45 dias para submeter à análise os documentos jurídicos para a concessão e os Estudos de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 10/03/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN - **Imagem:** 1/2
Título: Justiça decidirá rumo de decretos do Governo e da Prefeitura **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/justia-a-decidira-rumo-de-decretos-do-governo-e-da-prefeitura/504722>

Justiça decidirá rumo de decretos do Governo e da Prefeitura

Publicação: 2021-03-10 09:05:00

Felipe Salustino
Repórter

O desalinhamento entre os decretos do Governo do Estado e da Prefeitura do Natal que tratam sobre as medidas estabelecidas para o combate à pandemia do coronavírus será discutido em uma audiência de conciliação no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJRN) na tarde desta quarta-feira (10). A sessão pública virtual começara às 14h30 e será presidida pelo corregedor geral de Justiça, o desembargador Dilermando Motta.

Créditos: Ana Silva



Desembargador Dilermando Motta convocou audiência de conciliação que será realizada nesta quarta-feira (10) de forma virtual

Durante a audiência, também será analisado um Mandado de Segurança Cível, impetrado pelo Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte (MPRN), contra o Governo do Estado. No documento do MPRN, o promotor Wendell Beethoven Ribeiro Agra pede a suspensão da eficácia do artigo 1º do Decreto Estadual 30.383/2021, que estabelece medida de "toque de recolher".

O Decreto em questão foi assinado pela governadora Fátima Bezerra (PT) no dia 26 de fevereiro e determina "a proibição de circulação de pessoas em todo o Estado do Rio Grande do Norte, entre as 22h e às 5h do dia seguinte, como medida de diminuição do fluxo de pessoas em ruas e espaços públicos e mitigação de aglomerações". Na sexta-feira (5), um novo decreto estadual ampliou o horário do toque de recolher: das 20h às 6h do dia seguinte e em tempo integral aos domingos e feriados.

Ainda no Mandado do MPRN, o promotor Wendell Beethoven pede que as forças de segurança estaduais não sejam empregadas na execução do toque de recolher. Segundo o documento, as Polícias Civil e Militar do RN devem se abster de "prender cidadãos pelo simples fato de não cumprirem essa específica restrição ao direito de locomoção".

A determinação para que as forças policiais do Estado fiscalizem as restrições de circulação de pessoas consta no Decreto 30.383/2021 e também no mais recente texto publicado pelo Governo na sexta-feira passada, através do Decreto 30.388, que ampliou o horário do toque de recolher.

A TRIBUNA DO NORTE procurou o Ministério Público do Estado e o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte para mitigar dúvidas sobre a audiência desta quarta-feira, mas ambos informaram que só haverá pronunciamento posterior ao desfecho da audiência.

Com relação ao alinhamento dos decretos, o corregedor geral de Justiça do TJRN, Dilermando Motta afirmou, em reportagem publicada pela Assessoria de Comunicação da própria Corte de Justiça, que é importante estimular o consenso entre Estado e Município para que haja convergência em um "plano de regulamentação de medidas sanitárias que assegurem o interesse da coletividade e a contenção dos efeitos da pandemia sem excessiva e desmotivada ingerência nas liberdades individuais dos cidadãos".

No texto, o corregedor diz que "a fase conciliatória é uma etapa de notória importância, e diante da possibilidade de se inaugurar um processo de mediação neste feito capaz de ensejar um desfecho conciliatório célere e deveras proveitoso para o interesse público e, também, nacional", a audiência de conciliação foi determinada com todos os interessados. O corregedor geral de Justiça destacou que "a audiência está sendo apazada, sem prejuízo do exame do Processo/Pedido".

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 10/03/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN - **Imagem:** 2/2

Título: Justiça decidirá rumo de decretos do Governo e da Prefeitura

Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/justia-a-decidira-rumo-de-decretos-do-governo-e-da-prefeitura/504722>

Assim, nesta quarta-feira, devem participar da audiência, em formato virtual, a governadora Fátima Bezerra, o promotor de Justiça, Wendell Beethoven, o prefeito de Natal, Álvaro Dias, o presidente da Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte (Femurn), Anteonar Pereira da Silva, o procurador-geral do Estado, o procurador-geral de Justiça e o procurador-geral do Município. A audiência será transmitida pelo canal do TJRN no YouTube.

Divergências

As divergências dos decretos do Estado e da Prefeitura do Natal dizem respeito, principalmente, ao horário de funcionamento de estabelecimentos comerciais e ao toque de recolher. Essa última medida foi rejeitada pela Prefeitura e não consta no decreto municipal.

Estabelecimentos como bares, restaurantes e similares da capital podem funcionar até às 21h, ao contrário do que diz o decreto do Governo do Estado, que estabelece toque de recolher a partir das 20h. Em casos como esse, onde há divergências, prevalecem as normas dos municípios, de acordo com decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).

Na terça-feira (9), o prefeito Álvaro Dias justificou as diferenças, em entrevista à Inter TV Cabugi dizendo que a decisão de ampliar o funcionamento de bares e restaurantes em uma hora, ao contrário do que prega o decreto estadual, tem o objetivo de garantir a manutenção de empregos.

Segundo ele, o funcionamento desses estabelecimentos conforme as normas do Estado, causaria demissões: "Se a pandemia da covid mata, e mata realmente, o desemprego também mata. Queremos um ponto de equilíbrio entre prevenção à saúde e também manutenção de empregos", explicou o prefeito durante a entrevista.

Professor diz que prevalece o decreto municipal

O advogado e professor em Direito Eleitoral, Abraão Lopes, ressalta que, em caso de divergências, como acontece entre os decretos da Prefeitura do Natal e do Governo do RN, prevalecerá o que o Município decretou.

"Sobre a prevalência de decreto, o STF decidiu que a norma originária é a do Município. Na nossa compreensão, deve prevalecer o que determina o governo municipal. O ideal é que haja uma harmonia entre os decretos, mas se houver conflito, deve prevalecer o decreto municipal", disse o advogado.

E, nesse sentido, não interessa a ordem de quem publicou primeiro, isso porque o problema entra na esfera das competências entre os entes. "Trata-se de previsão constitucional. Se não houver norma municipal, aí o Estado é quem trata da matéria. Se houver duas normas sem ponto de colisão, adota-se as duas. Colidindo, prevalece o municipal", frisou Abraão Lopes.

O STF também já entendeu que qualquer medida de flexibilização nas medidas de combate à pandemia do novo coronavírus precisa ser justificada, com base nas orientações da Organização Mundial de Saúde, do Ministério da Saúde, caso seja questionada na Justiça. Nesse caso, se não houver justificativa, o entendimento poderá mudar.

O cidadão que reside em Natal se viu confuso entre os dois decretos. Na sexta-feira (5), o Governo do Estado arrochou as medidas de isolamento social, mas 24 horas depois, a Prefeitura do Natal afrouxou as regras conflitando em alguns pontos com o decreto estadual.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 10/03/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN - **Imagem:** 1/2
Título: Ceará-Mirim fecha comércio e órgãos públicos por 7 dias **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/ceara-mirim-fecha-coma-rcio-e-a-rga-os-paoblicos-por-7-dias/504720>

Ceará-Mirim fecha comércio e órgãos públicos por 7 dias

Publicação: 2021-03-10 00:00:00

Ícaro Carvalho
Repórter

A Prefeitura de Ceará-Mirim anunciou nesta terça-feira (9), a adoção de medidas mais rígidas para o enfrentamento à covid-19 no município. O Decreto Nº 3.050 determina o "fechamento de todas as Repartições Públicas no Município de Ceará-Mirim com a consequente suspensão dos atendimentos, bem como o fechamento do comércio e suspensão das feiras livres e mercados públicos, por um período de 7 (sete) dias, ficando permitido a abertura apenas dos serviços considerados como essenciais". O documento é assinado por Júlio César Soares Câmara, prefeito da cidade.

Créditos: Adriano Abreu



Decreto com as novas regras para o enfrentamento à pandemia em Ceará-Mirim será publicado hoje em Diário Oficial do Município

Os estabelecimentos considerados essenciais, como supermercados e farmácias, só poderão abrir com limite de até 30% da capacidade. Conforme dados mais recentes divulgados pela Secretaria de Estado da Saúde Pública nessa terça-feira (9), Ceará-Mirim registra 1.360 casos e 60 óbitos por covid-19, além de 12 mortes em investigação.

De acordo com o prefeito Júlio César Soares Câmara, as medidas anunciadas tem o objetivo de diminuir o contágio da doença no município. O estopim para o anúncio de um novo decreto se deu após os resultados de 18 casos positivos num total de 21 testes realizados em um dia, além da superlotação do Hospital Dr. Percílio Alves, que conta com 30 leitos clínicos, todos ocupados no momento. O fato da rede estadual na Grande Natal também estar sobrecarregada também foi outro problema levado em consideração.

"Estávamos adotando uma série de medidas que não estavam surtindo efeito. Os casos estavam aumentando, sobrecarregando o hospital. A população na rua, então não restou alternativa a não ser decretarmos essas medidas", disse o prefeito, que acrescentou ter solicitado apoio das forças de segurança do Estado à governadora Fátima Bezerra. A Guarda Municipal também irá atuar no cumprimento do decreto.

O Hospital Municipal Dr. Percílio Alves, segundo o prefeito, não é referência no tratamento de casos de covid, mas sim em obstetrícia. Porém, a superlotação nos leitos da unidade é oriunda de pacientes infectados pelo coronavírus. Para aliviar o sistema municipal, o prefeito anunciou a criação de um Centro Especializado para Atendimento Covid-19, que será instalado no Centro de Saúde até a próxima semana.

"Trabalhamos com a colaboração da população. Fizemos um trabalho forte de comunicação e já percebemos menos gente nas ruas hoje. Espero que esses sete dias deem uma aliviada no nosso hospital", acrescentou Júlio César.

A situação de Ceará-Mirim é mais um reflexo do iminente colapso na rede de saúde da Região Metropolitana. Em consulta ao portal Regula RN às 18h40 dessa terça-feira, 81 pessoas vinculadas à Central Metropolitana estavam esperando por um leito de UTI, quando a região dispunha de apenas 31 leitos. Na região, a taxa de ocupação era de 95%. Na Central de regulação do Oeste, o índice é de 100%, e o Sertido com 91,7%. A taxa geral do RN para leitos críticos é de 96,1%.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 10/03/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN - **Imagem:** 2/2
Título: Ceará-Mirim fecha comércio e órgãos públicos por 7 dias
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/ceara-mirim-fecha-coma-rcio-e-a-rga-os-paoblicos-por-7-dias/504720>

Medidas

Desde a sexta-feira (5), o Governo do RN endureceu as medidas de combate à covid-19 e decretou ampliação no toque de recolher, saindo das 22h às 05h para 20h às 06h do dia seguinte. Além disso, há a recomendação para um toque de recolher integral aos domingos e feriados, com funcionamento somente de serviço essencial.

Em Natal, o prefeito Álvaro Dias não seguiu o decreto da governadora Fátima Bezerra e permitiu o funcionamento de bares e restaurantes até às 21h, todos os dias da semana, e de shoppings centers, também todos os dias, no horário das 9h às 20h. Mesmo com a permissão, shoppings da capital divulgaram comunicado informando que estarão fechados aos domingos, temporariamente. O decreto de Natal autorizou a abertura e funcionamento de igrejas e templos religiosos para a realização de missas, cultos e rituais de qualquer credo ou religião, com limite de 25% da capacidade do local.

Em Parnamirim, o prefeito Rosano Taveira editou o Decreto 6.451 nessa terça-feira (09) estabelecendo restrições para academias de ginásticas, box de crossfit, estúdios de pilates e similares. Esses espaços devem funcionar com, no máximo, 50% da capacidade total. A situação também é semelhante no transporte público.

"O transporte de passageiros "em pé" poderá ser realizado desde que não ultrapasse a lotação máxima de 50% do veículo", diz o decreto. Segundo a assessoria da Prefeitura, no comércio, de segunda-feira a sábado, os estabelecimentos funcionam das 8h às 15h e bares e restaurantes podem funcionar até às 22h, inclusive, aos domingos. As igrejas podem funcionar com 30% da sua capacidade.

Em Macaíba, a assessoria de comunicação da Prefeitura informou que um decreto seguindo as diretrizes do Estado deverá ser publicado no Diário Oficial do Município nesta quarta-feira. Já em São Gonçalo do Amarante, o prefeito Paulo Emídio, o Paulinho (PROS), publicou decreto no último sábado (06) acompanhando o texto do Governo do Estado, que ampliou o horário de toque de recolher.

Empresários apontam mais prejuízos

Habib Chalita, presidente do Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do Estado do Rio Grande do Norte (SHREBS-RN), informa que os bares e restaurantes estão sendo obrigados a fechar às 20h, seguindo decreto estadual e contra a definição municipal.

De acordo com o ato normativo, os serviços de alimentação poderiam funcionar de 11h às 21h, todos os dias da semana, contudo, a determinação não foi seguida. "O decreto municipal não foi atendido. Temos a intervenção policial no último fim de semana, a partir das 20h, e, além disso, foi instituído um toque de recolher que não estava previsto anteriormente, intervindo nas atividades comerciais do nosso setor", explica Chalita.

Para a Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação (FBHA), responsável pela coordenação sindical nacional de todos os hotéis, restaurantes, bares e similares estabelecidos no Brasil e filiados à entidade, a situação tem se agravado significativamente.

Na última semana, Alexandre Sampaio, presidente da FBHA, se posicionou contra o fechamento dos empreendimentos voltados à alimentação. De acordo com o empresário, caso o lockdown e o horário restritivo de circulação de pessoas não sejam alterados nacionalmente, o segmento enfrentará dificuldades em manter as suas atividades.

"O fechamento desses estabelecimentos tem sido uma violência contra o setor. Apesar da taxa de contaminação ser alarmante e crescente, os restaurantes e bares foram os primeiros empreendimentos a adotar medidas rígidas para voltarem a funcionar, de forma segura, durante a pandemia. Esses espaços prezam pela saúde dos seus clientes e funcionários e, portanto, não é justo que sejam culpabilizados pela situação que estamos enfrentando", aponta.

Veículo: Estadão - Tipo de Mídia: Jornal - Data: 10/03/21 - Cidade/UF: DF

Título: Economia de gatilhos prevista em PEC é menor do que gasto com auxílio Impacto: Neutro

Economia de gatilhos prevista em PEC é menor do que gasto com auxílio

Adriana Fernandes | BRASILIA

A economia potencial prevista com as medidas de ajuste da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que autoriza uma nova rodada de auxílio é de R\$ 150 bilhões em dez anos para União, Estados e municípios. Para os cofres do governo federal seriam poupados R\$ 34,3 bilhões em uma década, valor inferior ao limite estipulado de R\$ 44 bilhões para a nova rodada do benefício.

Os cálculos são do especialista em contas públicas e diretor de estratégias públicas da MAG, Arnaldo Lima. "A economia potencial de gastos na União é inferior à extensão do auxílio emergencial, que passa a ser essencial para a proteção da população mais vulnerável, especialmente diante da segunda onda e das medidas de lockdown", diz Lima, ex-secretário adjunto de Política Econômica no Ministério da Fazenda e diretor de Políticas Fiscais e Sociais no antigo Ministério do Planejamento. Para os Estados, ele calcula economia de R\$ 54,7 bilhões e nos municípios, de R\$ 60,9 bilhões.

No governo, Lima contribuiu para as estimativas de economia de várias medidas, incluindo cálculos relacionados ao teto de gastos (regra que proíbe que as despesas cresçam em ritmo superior à inflação), reforma da Previdência e na própria formulação do Orçamento. Até agora, o Ministério da Economia em um senador Márcio Bitar, relator da PEC no Senado federal, apresentou dados com o ganho caso os gatilhos sejam acionados. Eles são considerados o coração da PEC para a equipe econômica, que trava uma queda de braço contra o próprio presidente Jair Bolsonaro e parlamentares para que essas contrapartidas não sejam desfiguradas na votação da Câmara e pela manutenção do valor de R\$ 44 bilhões de gastos com o pagamento do auxílio.

O maior ganho potencial de R\$ 92,9 bilhões é justamente a trava para promoções nas carreiras. O congelamento dos salários por mais dois anos daria uma economia de R\$ 56,9 bilhões nas três esferas de governo.



No voto. Parlamentares da Câmara dos Deputados devem iniciar hoje a apreciação e votação da PEC emergencial

● **Proteção aos vulneráveis**
"A economia potencial de gastos na União é inferior à extensão do auxílio emergencial, que passa a ser essencial para a proteção da população mais vulnerável."

Arnaldo Lima
DIRETOR DE ESTRATÉGIAS PÚBLICAS
DA MAG

No. Com apoio do próprio Bolsonaro, há um movimento para desdramatizar a potência dos gatilhos, blindando as categorias de forças de segurança especializadas. Outros servidores também querem ficar fora do alcance do ajuste.

Facultativo. Nos Estados e municípios, a PEC já prevê um acionamento de gatilhos facultativo, quando as despesas correntes chegarem a 95% das receitas correntes. O governador e prefeito que não acionarem essas medidas de contenção de gastos não poderão receber a verba do Tesouro Nacional para novos empréstimos.

Segundo Lima, o mercado vai olhar com lupa a possibilidade de aprovação do congelamento da progressão automática no

primeiro momento e reforma administrativa (que prevê uma reformulação do RH do Estado, com novas regras para contratar, promover e demitir servidores) no segundo momento. "Sem essas medidas, o teto dos gastos não terá sustentabilidade", diz.

Os cálculos feitos por Lima apontam também como seria a economia de gastos caso a PEC original, apresentada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, em novembro de 2019 tivesse sido aprovada. Ela contava com uma redução de jornada de trabalho e dos salários do funcionalismo em até 25%. Dessa forma, a potência da PEC emergencial seria de R\$ 281,6 bilhões em 10 anos. A União garantiria uma economia de R\$ 65,1 bilhões. Já Estados conseguiriam reduzir

os gastos em R\$ 100,5 bilhões e municípios, em R\$ 116,1 bilhões.

A redução da jornada e do salário foi abandonada, porém, antes mesmo da apresentação do parecer inicial do relator senador Márcio Bitar (MDB-AC) e pelos cálculos de Lima seria responsável sozinha por um impacto de R\$ 131,8 bilhões em 10 anos.

O economista da MAG destaca que é importante preservar os gatilhos que ainda permanecem no texto. Ele lembra que o teto de gastos não faz reforma fiscal, mas ajuste concentrado em grande parte da redução nas despesas discricionárias, as que não são obrigatórias, como investimentos. "A PEC emergencial fortalece o teto, pois também reduz as despesas obrigatórias, proporcionando reformas fiscais duradouras", defende.

Guedes é contra desvincular verba da Receita, diz Tostes

● Para tentar conter a insatisfação dos servidores do Fisco, o secretário da Receita Federal, José Tostes, enviou a auditores fiscais uma nota em que afirma que o ministro da Economia, Paulo Guedes, é contra a desvinculação de recursos para o órgão e trabalha para retirar o ponto da PEC emergencial em votação na Câmara dos Deputados. No texto da PEC aprovada pelo Senado foi alterado artigo da Constituição que permite que a Receita Federal e administrações tributárias estaduais e municipais tenham despesas bancadas por fundos que recebem parte das multas arrecadadas por esses órgãos. O entendimento dos auditores é que, sem uma fonte de recursos garantida, haverá um aperto ainda maior no orçamento do órgão.

Com uma lista de 38 países pesquisados nas mãos, Lima aponta que o Brasil registrou o citativo maior déficit do governo central em 2020, o que reforça, segundo ele, a necessidade do governo federal em conseguir conciliar a aprovação do auxílio emergencial com responsabilidade fiscal.

A Câmara deve iniciar hoje a votação da PEC Emergencial, que libera o pagamento do auxílio aos mais vulneráveis.

Presidente do BC age junto a Lira contra posição de Bolsonaro

Campos Neto se reúne com o presidente da Câmara e com o relator da PEC emergencial para barrar mudança no texto

BRASILIA

O anúncio feito no início da tarde de ontem pelo relator da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do auxílio emergencial, deputado Daniel Freitas (PSL-SC), de que manterá o texto aprovado pelo Senado, foi o primeiro resultado prático da intensa negociação nas últimas 24 horas para evitar uma desidratação maior das medidas de controle de despesas, os chamados "gatilhos", previstas no texto.

Quem atuou como porta-voz da equipe econômica foi o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, escalado para tentar reverter o risco de mudanças na PEC - que deve ser votada

hoje na Câmara. Campos se reuniu com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e com líderes da base aliada do governo na residência oficial da presidência da Câmara, no Lago Sul, bairro nobre da capital federal.

Preocupado com a piora do humor no mercado financeiro, Campos Neto alertou para os riscos de mais perdas nas contrapartidas fiscais da PEC, consideradas essenciais pela equipe econômica para mostrar uma sinalização de compromisso do País com o equilíbrio das contas públicas e evitar a disparada da inflação e dos juros. O horário do encontro foi logo cedo, após a abertura do mercado, quando o dólar à vista batia em R\$ 5,895 - uma alta de 1,40%.

Depois da reunião, se seguiram as filas de Freitas e do próprio Lira em defesa da previsibilidade das ações e confirmando que o relator havia concordado com a posição dos líderes de não desidratar o texto. O encontro entre

Campos Neto e Lira só entrou na agenda do presidente do BC depois.

Até a noite de segunda-feira, o placar da PEC parecia ser favorável ao movimento liderado pelo deputado Major Vitor Hugo (PSL-GO), que desde o final de semana trabalhou intensamente para blindar as forças políticas da União e dos Estados do alcance dos gatilhos. Uma vez acionados, eles impedem o aumento de gastos de pessoal e colocam em prática o congelamento de promoções, reajustes e novas contratações.

Foi o próprio presidente Jair Bolsonaro que deu sinal verde para que a concessão fosse feita na Câmara, um aceno à sua principal base de apoio eleitoral. Vitor Hugo praticamente acampou no Palácio Planalto ao lado de parlamentares da bancada da base e representantes sindicais das diversas categorias de policiais, na tentativa de executar o que vem sendo chamado de "quinto capítulo" da estratégia de manter as forças de segurança a salvo de medidas duras do ajuste fiscal. A estratégia bem-sucedida em angariar o apoio do presidente começou na reforma da Previdência e continuou na reforma administrativa e terminou na votação da lei 173, de socorro à Estados e



Risco. Campos Neto relatou temor com reação do mercado

● **"Tranquilo"**
"Bolsonaro" Recebeu muito bem, tranquilo e sereno (texto da PEC)."
Arthur Lira (PP-AL)
PRESIDENTE DA CÂMARA

municípios, que teve como contrapartida o congelamento do salário dos servidores.

Reação. Lideranças governistas ficaram irritadas com o movimento do ex-líder do governo e da sua tropa de parlamentares, passando por cima do acordo fechado com o Senado para que a proposta fosse aprovada com urgência e sem maiores ruídos por

causa do cenário de alta volatilidade e incerteza que os indicadores do mercado financeiro têm retratado nos preços. O assunto comentado é que essa blindagem poderia descredenciar o acordo político, que marcou uma articulação mais zeleira entre as presidências da Câmara e do Senado.

O tema é delicado por conta do envolvimento direto de Bolsonaro, passando por cima da proposta da equipe econômica. E ninguém quer bater de frente com Bolsonaro. Na esperança, o presidente já tinha anunciado a intenção de blindar os militares e retirar mais dois itens do texto, motivo de abertura em queda da Bolsa ontem.

Como mostrou o Estadão, também foi o presidente que deu aval para negociação no Congresso para retirar o orçamento do Bolsa Família do teto de gastos, a regra que impede que as despesas cresçam em ritmo superior à inflação, com o objetivo de ter mais recursos para gastar em ano pré-eleitoral. Depois da repercussão negativa dos investidores, parlamentares do Centro desistiram de levar adiante a ideia, já que cairia nele o carimbo de fura-teto.

Coube a Lira dar um recado, por vias indiretas, ao comentar como o presidente reagiu à decisão do relator de manter as contrapartidas como foram aprovadas no Senado. "Recebeu muito bem, tranquilo e sereno, porque sabe que a PEC tem e teve origem no Legislativo, é de autoria de um senador, foi votada no Senado, será votada na Câmara e promulgada pelo Congresso."

A avaliação no momento entre lideranças governistas integrantes da área econômica, que defendem a PEC sem desidratação, é que o placar do jogo ainda não está definido, mas a situação não está mais como na segunda-feira à noite, tranquila para Vitor Hugo e sua tropa. "O jogo está virando", resumiu uma dessas fontes com esperança de uma vitória final. / A.F.

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 10/03/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Fintechs e Google fundam entidade para ter mais voz **Impacto:** Neutro

B2 | Economia | QUARTA-FEIRA, 10 DE MARÇO DE 2021

O ESTADO DE S. PAULO

coluna do
broadcast

Fintechs e Google fundam entidade para ter mais voz

Das maiores fintechs da América Latina, o Nubank e o Mercado Pago, se juntaram a uma gigante global de tecnologia, o Google, para fundar no Brasil uma associação de empresas que oferecem serviços financeiros digitais, a Zetta. A entidade nasce com nome de startup e a adesão de companhias como Inter e Credits. É o primeiro movimento em bloco deste grupo para ganhar peso nas discussões que pautam o setor financeiro, ainda dominadas pelos grandes bancos, mais acostumados aos corredores de Brasília. A criação da Zetta será anunciada hoje e terá como presidente Bruno Magrani, diretor de Relações Institucionais do Nubank. Segundo ele, a entidade priorizará três grandes temas: competitividade, inovação tecnológica e inclusão financeira.



BRUNO MAGRANI, PRESIDENTE DA ZETTA

» **Fincou a bandeira.** As pautas listadas por Magrani estão alinhadas à agenda que vem sendo ditada pelo Banco Central (BC) desde 2016 e que resultou, por exemplo, no lançamento do Pix, sistema de pagamentos instantâneos que derrubou as tarifas cobradas por grandes bancos para transferências de dinheiro e acirrou a competição no setor. Além do Pix, a Zetta quer discutir temas como open banking, regulação das fintechs, desburocratização, proteção de dados e outros.

» **E o que significa?** Zetta é uma medida de grandeza que equivale a 10 elevado a 21, maior que mega e que giga. O nome foi escolhido porque remete a "expansão, transformação e constante evolução, significados que se interligam."

» **Quem mais.** Na lista de associados estão ainda as fintechs MobilePay, Hash e Iugu. O Google, embora seja originalmente uma empresa de tecnologia, desde 2017 oferece o Google Pay a clientes brasileiros.

» **Juntinhos.** O governo e a indústria estão empenhados em aprovar o novo marco de gás na Câmara de forma definitiva nesta semana. A articulação incluiu diversas reuniões

com os deputados para alinhar pontos da proposta. A votação está prevista para quinta-feira, 11, após a apreciação da PEC Emergencial.



» **Agora vai.** O projeto foi aprovado pela Câmara em setembro, pelo Senado em dezembro e, agora, volta para última análise dos deputados. Nessa fase final, nenhuma nova mudança pode ser proposta: ou os deputados dão aval ao parecer que já aprovaram, relatado pelo deputado Laércio Oliveira (PP-SE), ou aceitam o texto que veio do Senado e encaminham à sanção presidencial. Nos bastidores, há quem acredite que o substitutivo receberá mais que os 351 votos do ano passado.

» **No sufoco.** As montadoras de caminhões ampliaram a jornada nas fábricas para atender a demanda, em alta, vinda do transporte da sa-

EMILY OLIVEIRA/CORBIS OUTLINE/REUTERS
TWITTER: @OLIVEIRAEMILY

fra, no momento em que a insuficiência de peças limita a produção.

» **Carga completa.** O movimento inclui, até mesmo, trabalhar aos domingos para finalizar e liberar os veículos às concessionárias. É o que tem acontecido desde o início do ano na fábrica do Rio de Janeiro da Volkswagen Caminhões e Ônibus, que nos demais dias da semana vem realizando horas extras no primeiro e segundo turno, assim como seus concorrentes. Faltam nas linhas circuitos eletrônicos, além de pneus e peças de aço e alumínio.



» **Nas ruas.** Dezenas de associações de empresas de comércio, serviços e alimentação estão se mobilizando para cobrar do governador do Estado de São Paulo, João Dória (PSDB), a reabertura imediata das lojas. O pleito constará em carta a ser enviada à cúpula do governo paulista. Caso não sejam atendidos, os empresários planejam ir às ruas, em movimento semelhante ao ocorrido em Manaus no fim do ano, antes do colapso no sistema de saúde.

» **Nervoso.** Subscrevem a frente Associação Brasileira de Lojistas de Shoppings (Alshop), Associação Brasileira de Shopping Centers (Abrasc), Associação Comercial de São Paulo (ACSP), Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), entre outras. Juntas, dizem representar mais de 450 mil empresas associadas e mais de 1 milhão de pontos de vendas, com 4,6 milhões de pessoas empregadas e peso de 5% do PIB.

» **Climão.** Os empresários alegam que ainda não conseguiram recuperar as vendas após a crise iniciada há um ano e não têm mais fôlego para pagar as contas com o novo fechamento. O clima também é de revolta por suas atividades serem classificadas como não essenciais, enquanto canteiros de obras, indústrias e, agora, até as igrejas podem ficar abertas. Ou o fechamento vale para todos, ou que se libere também o comércio, argumentam.

ANDRÉ ITALO ROCHA, CIRCE BONATELLI, ANNE WARTH E EDUARDO LAGUNA

Artigo

Pandemia, economia e democracia

ERNESTO LOZARDO

Os efeitos econômicos, sociais e políticos globais da pandemia de covid-19 serão equivalentes aos da 2.ª Guerra Mundial. No mundo, a contaminação atingiu mais de 117 milhões de pessoas e morreram mais de 2,6 milhões. No Brasil, mais de 11 milhões de pessoas foram contaminadas e mais de 268 mil morreram. Esses números são crescentes.

A pandemia mostrou de forma inequívoca que o que era considerado ordem se tornou desordem global. A era do entendimento institucional entre as nações encerrou-se no mandato de Bill Clinton; no governo de Donald Trump, passou-se a ter a política da desconstrução das instituições.

O trato econômico dessa pandemia é desconhecido. Nunca se teve um choque de oferta e demanda junto. A solução está em acabar com a covid-19. Isso depende da ciência, não da economia. No entanto, a pandemia global revelou que o Ocidente está sem liderança aglutinadora que inspire unidade, confiança e respeito à autodeterminação das nações: democracia sem preconceitos. O governo de Joe Biden é uma centelha de esperança.

Essa realidade ríptil da política internacional, somada à crise econômica e às dificuldades de acesso às vacinas, certamente será um obstáculo na retomada do crescimento, dos investimentos e do emprego das nações. Existem mais de 50 vacinas sendo testadas em diferentes laboratórios no mundo. A disponibilidade delas será uma luz para amenizar a inquietude de muitos, mas não materializará a esperança do crescimento sustentável.

A sonhada rápida recuperação econômica do Brasil ficou mais distante por duas razões: a falta de vacinas para imunizar toda a população brasileira e a recente opção política do Executivo de encaminhar ao Congresso Nacional somente projetos que tenham apelo popular. A primeira decorreu do erro político de minimizar o impacto econômico da pandemia e discriminar ideologicamente a origem das vacinas. A segun-

da é mais grave, pois aumentará a desconfiança dos investidores em relação às reformas fiscal, econômica e administrativa, as quais representam os pilares do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), do emprego e da renda.

No ano passado, muitos países tiveram perda de riqueza. Ao compararmos essa perda em dólar nominal, a brasileira perdeu 25%, sendo a maior perda entre as dez maiores economias do mundo. Isso reflete não o potencial da economia, mas a qualidade da sua governança.

A sociedade entende que governos existem para governar, não para exercer o poder por mero prazer. Há um crescente inconformismo social em relação à gestão das instituições democráticas atuais. Isso está ocorrendo em vários países ocidentais. Governantes e políticos têm exercido o poder em benefício próprio, desrespeitando a dignidade econômica dos cidadãos. Acirrou-se a descon-

Países governados com o respaldo da sociedade, sem populismo, estão saindo da crise com rapidez

fiança das sociedades em relação à representatividade das instituições democráticas. O populismo está se tornando uma força incontornável, incitando regimes políticos autoritários, fascistas.

Mesmo neste dramático momento, encontramos países, independentemente do regime político, onde as lideranças governam com o respaldo da sociedade, não há populismo, respeitam as recomendações da ciência e apresentam elevado nível de governança econômica. Trata-se do Vietnã, da China, da Coreia do Sul e da Austrália, que saíram da crise pandêmica com rapidez e cujas atividades econômicas retornaram à normalidade.

A pandemia passará, mas deixará um rastro de incertezas políticas e econômicas sem precedentes no Brasil.

* PROFESSOR DE ECONOMIA DA EAESP-FGV. AUTOR DO LIVRO 'OK, ROBERTO, VOCÊ VENCEU O PENSAMENTO ECONÔMICO DE ROBERTO CAMPOS' (EDITORA TOPBOOKS)

Editorial Econômico

Bons resultados no mercado de imóveis da capital



A queda de 61,8% das unidades residenciais novas comercializadas no Município de São Paulo e de 92,1% nos lançamentos em janeiro, na comparação com dezembro, é expressiva, mas não preocupa os dirigentes do Secovi-SP,

o sindicato da habitação.

Com vendas de 3.362 unidades e o lançamento de 1.794 residências no primeiro mês do ano, o resultado é bem melhor do que o de janeiro de 2020, com aumento, respectivamente, de 23,9% e de 1.072,5%, segundo a pesquisa do mercado imobiliário da entidade.

Observe-se que, em janeiro do ano passado, o País ainda não havia registrado a ocorrência de contaminação pela covid-19, o que só ocorreria no fim do mês seguinte. Ainda assim, o resultado para o mês neste ano é bas-

tante superior ao de um ano antes.

Já a queda na comparação com dezembro é explicada pelo Secovi-SP com o fato de que a pandemia comprimiu as atividades nos meses que se seguiram à sua chegada e levou à concentração dos negócios e dos lançamentos nos últimos meses do ano, especialmente dezembro.

A alta de vendas em janeiro na comparação com o mesmo mês de 2020 "é um sinal positivo", avalia o economista-chefe do Secovi-SP, Celso Petrucchi, "pois demonstra que o mercado continua com bom desem-

penho".

A evolução das vendas no período acumulado de 12 meses mostra com mais clareza o impacto da pandemia no mercado imobiliário paulistano. Por se tratar de compromisso de alto valor e, em geral, de longo prazo de vigência, a decisão da compra de um imóvel é mais demorada do que a da aquisição de bens de menor preço. A formalização da compra igualmente é geralmente mais demorada.

Assim, o impacto mais forte da pandemia nas vendas de imóveis novos em 12 meses só é notável em junho,

enquanto em outros segmentos da economia os resultados mais expressivos da crise começaram a ser observados já em abril. Desde então, os resultados de 12 meses mostram uma recuperação firme (houve queda em novembro, superada em dezembro) e o de janeiro está muito próximo do de fevereiro do ano passado.

Os próximos meses, como lembrou o presidente do Secovi-SP, Basílio Jafet, estão condicionados à evolução da vacinação da população e ao avanço das reformas e da geração de empregos.

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 10/03/21 - **Cidade/UF:** DF - **Imagem:** 1/2
Título: Novo cenário político leva a revisão de projeções **Impacto:** Neutro

B4 | Economia | QUARTA-FEIRA, 10 DE MARÇO DE 2021

O ESTADO DE S. PAULO

Novo cenário político leva a revisão de projeções

Consultorias refazem as contas e apontam para inflação e juros em alta e PIB menor

Luciana Dymiewicz

A incerteza gerada pelo novo cenário político, com a possibilidade de o ex-presidente Lula se candidatar e o risco de o presidente Jair Bolsonaro adotar uma agenda mais populista para ganhar popularidade até 2022, que se soma a um cenário já conturbado na economia, já fez consultorias e corretoras reverem suas projeções macroeconômicas para este ano e para o próximo. Em linhas gerais, os economistas apostam em inflação e taxa de juros mais altos, real mais desvalorizado e PIB mais fraco em 2022.

A MB Associados reajustou ontem suas estimativas para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deste ano, de 4% para 4,3%, e para a taxa básica de juros (Selic) em dezembro, de 4% para 5,5%. A consultoria também anunciou que deve rever a projeção do PIB de 2022 de 2,4% para abaixo de 2%.

“Temos dois candidatos com dificuldade de fazer gestão de política macroeconômica equi-

librada. Bolsonaro está agora ainda mais impaciente para entregar algo para a população. Do lado do Lula, não o vejo fazendo uma Carta ao Povo Brasileiro. Não o vejo se aproximando do mercado. Ao contrário, a dificuldade em se relacionar com o mercado cresceu depois do impeachment da Dilma”, diz o economista-chefe da MB, Sérgio Vale.

Segundo ele, o estresse atual no mercado financeiro decorrente da incerteza política deve pressionar de forma mais permanente os preços dos ativos, como a moeda, que já está se desvalorizando. Um real mais fraco afetará o preço dos importados e, portanto, elevará a inflação. Esse cenário deve fazer o Banco Central elevar a taxa de juros. Isso deve ter um impacto negativo na atividade econômica do próximo ano.

Maior pressão. A Necton Investimentos também revisou o IPCA, de 4,1% para 4,58%, e a Selic, de 4% para 5%. Segundo o economista-chefe da corretora, André Perfeito, o que deve pressionar mais inflação e juro,



Reavaliação de dados. Inflação é um dos indicadores que devem sofrer pressão por causa do novo quadro político do País

● **Desconforto**
“Há um conjunto de pressões em torno do presidente (Jair Bolsonaro), e a questão (da candidatura) Lula é mais uma que o joga para uma situação de desconforto.”

André Perfeito
ECONOMISTA CHEFE DA NECTON

agora, é o comportamento do presidente Bolsonaro. Perfeito diz ver Bolsonaro em posição fragilizada, encurralado por diferentes atores políticos, e tendo de escolher quem serão seus aliados. Nessa situação, pode optar por medidas populistas para evitar perder sua popularidade entre, por exemplo, militares, se indispondo com o mercado. “Há um conjunto de pressões em torno do presidente, e a

questão Lula é mais uma que o joga para uma situação de desconforto.”

O economista afirma ainda que a incerteza política aumentou, o que eleva também o risco de se investir no País e a taxa de juros que os investidores pedem para emprestar ao governo. Tudo isso pode reduzir a quantidade de crédito na economia e dificultar a retomada econômica.

Apesar de a consultoria LCA não ter mexido em suas projeções, seu economista-chefe, Braulio Borges, afirma que possivelmente terá de elevar a atual estimativa da Selic - hoje em 4,5%. Para o PIB deste ano, ele acha difícil haver um resultado inferior aos 3,2% que projeta hoje por causa do carregamento estatístico (quando a base de comparação é baixa - o resultado médio do PIB em 2020 -, mas o ponto de partida é eleva-

do por conta da recuperação ao longo do último semestre do ano). Borges admite, no entanto, que talvez tenha de rever para baixo o de 2022, atualmente em 3%.

Deterioração. Essa possível deterioração em suas estimativas, afirma o economista, também decorre do aumento da incerteza com o retorno de Lula à política. “A incerteza é a inimiga número um da decisão de se investir. O empresário vai postergando o plano de investimentos. E essa incerteza aumentou também porque não sabemos qual figurino o Lula vai vestir. Embora ele tenha sido pragmático a maior parte do tempo em que esteve na presidência, ele pendeu mais para a extrema esquerda nos últimos anos.”

A Tendências Consultoria deve divulgar suas novas projeções amanhã. O economista Sil-

vio Campos Neto, sócio da empresa, destaca que a mudança no cenário da corrida eleitoral tem impacto maior sobre o câmbio. Outras revisões que estão sendo feitas decorrem também de alterações na economia internacional e no aumento dos riscos fiscais.

Para Campos Neto, a possível disputa entre Lula e Bolsonaro em 2022 interfere sobretudo no mercado financeiro no curto prazo. No médio prazo, pode fazer com que empresas retardem apenas os grandes investimentos. “Elas podem preferir aguardar uma definição do cenário político para ver para onde as coisas vão caminhar, mas o foco hoje ainda é a pandemia. Parte da recuperação está preservada no segundo semestre. Decisões de dia a dia de consumo de famílias e de empresas, como ajuste em estoque, estão preservadas.”

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 10/03/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Governo quer 'fundo de amortecimento' para combustíveis **Impacto:** Neutro

Governo quer 'fundo de amortecimento' para combustíveis

Ideia é equalizar os preços quando houver alta do petróleo; fundo seria abastecido com recursos de royalties

André Borges | BRASÍLIA

A proposta mais adiantada no governo federal para tentar amortecer os aumentos bruscos nos preços dos combustíveis prevê a criação de um "fundo de amortecimento", que ajude a controlar o preço da gasolina e do diesel, quando os reajustes chegam às refinarias. A criação do fundo deve ser feita por meio de um projeto de lei.

O Estadão apurou que o governo já fez contas preliminares sobre o impacto efetivo que esse fundo teria nos preços dos combustíveis. Se for considerada a sua aplicação sobre o diesel e a gasolina, técnicos do gover-

no que participam da elaboração do plano projetam uma queda de R\$ 0,08 por litro para ambos os produtos. Se os recursos forem usados apenas sobre o diesel, no entanto, a queda efetiva projetada é de até R\$ 0,20 por litro. As estimativas são de que seria possível captar cerca de R\$ 12 bilhões por ano para alimentar esse fundo.

A ideia, que já vinha sendo defendida desde o início do ano passado pelo Ministério de Minas e Energia (MME) e que passou por equipes do governo do ex-presidente Michel Temer, nunca foi colocada em prática. Segundo uma fonte que participa diretamente da elaboração do plano, porém, trata-se hoje da medida mais acelerada para sair do papel.

O governo quer criar um instrumento que sirva para equalizar os preços dos combustíveis, nos momentos em que houver uma alta na cotação do petró-

leo. Esse fundo seria abastecido com recursos de royalties e participações especiais oriundas de petróleo e gás que são pagos ao governo federal.

O Brasil, apesar de importar combustível refinado, é um grande exportador de petróleo e se beneficia do valor do barril quando o dólar sobe. A ideia é criar um "preço-limite" que funcione como um gatilho desses preços. Quando o barril atingir determinado valor acima do estabelecido, o governo passaria a alimentar esse fundo com os recursos extras que entrem com suas exportações.

A avaliação é de que o governo conseguiria dar uma resposta efetiva para amortecer o preço do combustível na bomba, sem ter nenhuma interferência no custo do produto para o mercado.

O assunto é discutido por um grupo de trabalho formado pela Casa Civil da Presidência, envol-



Preço sobe. Petrobrás já promoveu seis reajustes este ano

Queda de preço

R\$ 0,20

é até quanto poderia cair o preço do diesel com o 'fundo de amortecimento' em estudo; o fundo pode ser abastecido por até R\$ 12 bilhões por ano

vendo os Ministérios de Minas e Energia, Economia e Infraestrutura.

Sexto reajuste. Na última segunda-feira, a Petrobrás anunciou mais um reajuste de combustíveis em suas refinarias, o sexto no ano. A partir de ontem, a gasolina ficou 9,2% mais cara

e o óleo diesel, 5,5%. Com mais esse aumento, as altas acumuladas no ano são de 54% e 42%, respectivamente, segundo cálculo do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (I-neep).

O encarecimento dos combustíveis da Petrobrás levou o presidente Jair Bolsonaro a entrar em rota de colisão com Roberto Castello Branco, presidente da estatal, no dia 19 de fevereiro. Após o anúncio do quarto aumento do diesel no ano, Bolsonaro demitiu o executivo pelas redes sociais. Desde então, mais dois reajustes foram anunciados pela estatal, ainda sob a gestão de Castello Branco.

O governo tem analisado a possibilidade de reduzir o percentual de biodiesel que mistura à gasolina e diesel. Isso ajudaria a reduzir o preço do produto. A ideia, porém, não conta com grande apoio, porque afetaria ainda mais a indústria nacional, além de ter efeito direto na piora das emissões de gases.

Veículo: Estadão - Tipo de Mídia: Jornal - Data: 10/03/21 - Cidade/UF: DF

Título: Para crescer no digital, Magalu aposta em moda, beleza e delivery de comida Impacto: Neutro

B8 | Economia | QUARTA-FEIRA, 10 DE MARÇO DE 2021

O ESTADO DE S. PAULO

Negócios

Estratégia

'No Assai, foi decisão não ir para o online', diz presidente. Pág. B10

Plano de ação. Magazine Luiza quer avançar em categorias que, embora não sejam capazes de aumentar muito o lucro da companhia, por terem um tíquete pequeno, trazem recorrência de compra e ajudam a varejista a atrair mais vendedores para o seu marketplace

Para crescer no digital, Magalu aposta em moda, beleza e delivery de comida

Danielle Madureira
ESPECIAL PARA O ESTADO

Frederico Trajano, principal executivo do Magazine Luiza, uma das maiores redes de varejo no País, acredita que o Brasil vive um vácuo de poder e que não há boas perspectivas para a economia e a política nos próximos meses. A pandemia de covid-19 avança rápido, enquanto a vacinação segue lenta. Mas, se a tempestade não dá trégua, a solução é fincar pilares ainda mais sólidos dentro de casa.

"É hora de colocar um farol alto na economia, enxergar as possibilidades de crescimento que estão bem à nossa frente, e não de nos focarmos no que está dando errado", diz o executivo, que no momento tem cerca de 800 das suas 1.301 lojas no País fechadas por conta das restrições de mobilidade impostas pela crise sanitária.

O farol alto de Frederico Trajano aponta para cinco novas direções que vão ditar a trajetória de crescimento do Magazine Luiza nos próximos anos. Todas elas no ambiente digital. "A pandemia acelerou o proces-

so de digitalização no Brasil, mas ele está só no início", diz Trajano, ressaltando que dois terços das vendas totais de R\$ 44 bilhões do Magazine Luiza, no ano passado, foram online.

Para o Magalu, as estradas de crescimento digital estão no varejo alimentar, no delivery de comida, no segmento de moda e beleza, na oferta de serviços financeiros e de anúncios. As três primeiras não vão dar grandes lucros para o Magazine Luiza, mas, como categorias de tíquete pequeno, são capazes de impulsionar as vendas e atrair novos vendedores para o seu marketplace.

Umavez instalados no portal do Magalu, esses vendedores vão pagar por anúncios e serviços financeiros (estes últimos também direcionados aos clientes pessoa física). Para começar, é preciso atrair mais vendedores para a plataforma digital. "Dos 5,7 milhões de varejistas no País, só 47 mil estão no nosso marketplace", diz Trajano.

'Piscou, chegou'. Depois de investir nos últimos anos na aquisição de três empresas de logística - Logbee, GFL Logística



Entrega. "2021 será o ano do 'piscou, chegou'", diz Trajano.

e SinLog -, o Magazine quer crescer organicamente no quesito entregas. "Vamos acelerar os investimentos para converter as lojas em pontos de apoio logístico para os 'sellers' e aumentar o número de CDs (centros de distribuição)." No site da varejista, 45% das entregas são feitas em até 24 horas. Há um

ano, este percentual estava em 5%.

"Quando eu abro uma loja, aumento a minha capacidade logística", diz Trajano. No ano passado, foram inaugurados 189 pontos de venda. "2021 será o ano da logística do 'piscou, chegou'" reforça.

Garantir a entrega rápida é

fundamental para atrair os novos varejistas. A meta do Magalu é perseguir a recorrência de compras exibida pelo gigante das compras online Alibaba: 80 compras por cliente ao ano.

"No Magalu, temos grupos de clientes que fazem 25 compras ao ano", diz Trajano. "É preciso incrementar este número", diz ele, lembrando que a tendência mundial do e-commerce é crescer no mercado de tíquete-médio menor. "O varejo alimentar, moda & beleza e delivery de comida vão trazer recorrência de compra", diz Trajano.

Pizza. Durante a apresentação, Trajano mostrou dados sobre o mercado. O varejo brasileiro, por exemplo, movimentou R\$ 1,2 trilhão ao ano - fatia da qual o Magalu detém 3,5%, com vendas de R\$ 44 bilhões. Mas o potencial do mercado online no País é de R\$ 331 bilhões, segundo dados do IPCMaps 2020, relatados pela varejista.

Em varejo alimentar, o mercado no País é de R\$ 535 bilhões, com potencial para R\$ 64 bilhões para o online. Até o momento, o Magazine fatura

R\$ 1 bilhão nesta categoria. "No mundo inteiro, a participação do online nesta categoria é muito baixa, principalmente pelo desafio logístico", diz Trajano.

Em moda & beleza, onde a varejista já atua com as marcas Netshoes, Zattini e Época Cosméticos, o mercado brasileiro soma R\$ 223 bilhões. O potencial das vendas online é de R\$ 67 bilhões, enquanto a fatia do Magalu está em R\$ 5 bilhões.

Mas é no segmento de delivery de comida, que tem o iFood como maior player nacional, que o apetite do Magazine Luiza é maior. "Podemos ser player relevante em delivery de comida com AiQFome", diz Trajano. O mercado de alimentação fora do lar no Brasil é de R\$ 196 bilhões, sendo que o de delivery online é R\$ 24 bilhões.

"Hoje, com o AiQFome, faturamos R\$ 1 bilhão", afirma. São cerca de 20 mil restaurantes cadastrados, em 450 cidades, a maioria de médio e pequeno porte. A frequência média de pedidos do AiQFome é de três ao mês. "Nosso alvo são 1,6 milhão de restaurantes, há muito trabalho a fazer".

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 10/03/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: 'No Assaí, foi uma decisão não ir para o e-commerce' **Impacto:** Neutro

B10 | Economia | QUARTA-FEIRA, 10 DE MARÇO DE 2021

O ESTADO DE S. PAULO

ENTREVISTA

Belmiro Gomes, presidente do Assaí

'No Assaí, foi uma decisão não ir para o e-commerce'

Segundo presidente do atacarejo, que acabou de se separar do GPA, avanço da rede em 2020 justifica estratégia

Talita Nascimento

O aparente atraso do Assaí no e-commerce é uma decisão consciente da varejista, e não impediu o forte crescimento das receitas da companhia inclusive no ano de 2020, marcado pela pandemia e pela explosão das vendas online no País. Quem defende a tese é Belmiro Gomes, presidente da varejista, que acaba de ser separada do GPA, dono do Pão de Açúcar, após mais de uma década de união.

A separação, porém, já existia dentro da empresa. "Talvez tenha sido a última etapa", diz ele sobre a cisão completa do Assaí e do GPA. Segundo ele, a separação era uma demanda do mercado financeiro. "Eu escutei isso várias vezes. 'Teu negócio vai bem e tudo, mas junto eu estou comprando risco do hipermercado'."

● **O mercado avalia que seria um desafio para o Assaí entrar no digital. Como está o processo?**
Um dos primeiros temas que desenvolvi na concorrência, nos anos 90, foi o software de automação de venda online

dos representantes. No caso do Assaí, foi uma decisão não ir para e-commerce. No ano passado, o que se vendeu em todas as empresas de e-commerce no Brasil foi menor que o nosso crescimento. Boa parte do comércio vai ser afetada pelo online, mas o que é verdade para o bem durável não necessariamente será para o alimento. Você compra uma caixa de som que custa R\$ 500 e pesa um quilo, o site lhe cobra R\$ 10 para entregar. Se você comprar quatro quilos de açúcar a R\$ 10, e alguém cobrar R\$ 10 para entregar, é injusto.

● **Podemos esperar o e-commerce do Assaí na venda direta para outros comércios?**

Cerca de 3% da nossa venda é feita de forma direta para cliente B2B. Ainda não demos visibilidade porque é uma ferramenta de relacionamento direto, de tele vendas. Essa operação na concorrência sempre existiu, o que há é uma roupagem nova para dizer que é digital.

● **Cobrança do mercado**
"Escutei isso várias vezes. 'Teu negócio vai bem e tudo, mas junto eu estou comprando risco do Pão de Açúcar'. Identificou-se uma oportunidade de destravar valor"

Antes, tínhamos quem fazia dentro do grupo. Vamos avançar no e-commerce para o consumidor final, mas em parceria com empresas, (como) Ifood, Rappi. Entrar no e-commerce não fazia sentido. Eramos uma empresa de 30% de crescimento ao ano.

● **A decisão de separar Assaí de GPA foi do controlador?**

Na prática, sempre fomos separados do GPA. Estamos na Zona Leste, o GPA na Brigueiro (Luís Antônio). Consolidávamos resultado, mas o nível de integração era pequeno, e o Assaí se tornou maior sem se alavancar nem usar caixa do GPA. Do ponto de vista interno, não fazia sentido estar debaixo do GPA. No mercado financeiro, os investidores olhavam e falavam: 'eu não quero comprar com o multivarejo, eu quero investir no segmento de atacarejo'.

● **Você ouvia isso de analistas?**
Escutei isso várias vezes. 'Teu negócio vai bem e tudo, mas junto eu estou comprando risco do hipermercado, do Pão de Açúcar'. Identificou-se uma oportunidade de destravar valor.

● **E por que mantiveram o atacarejo independente do GPA antes mesmo da cisão?**

Foi condição. Coordenei a compra da concorrência (Atacadão) por outra companhia



Horizonte, Para Gomes, fôlego que pequenos empreendedores tiveram não deve se repetir

(Carrefour). A ideia era juntar, mas quando se fez um estudo, as sinergias projetadas viraram alergias. Quando me convidaram para ficar (no Atacadão), definimos uma política chamada Muro de Berlim. Quando fui convidado para o Assaí, a condição para eu vir foi a separação.

● **Existem limitações por seguir com o mesmo controlador do GPA, o Casino?**

A cisão é mais visível fora que dentro da companhia. Tínhamos junto áreas que não faziam sentido separar, como ne-

gociação com bancos. E, ao longo dos 10 anos, não tive problemas com o Casino. O Assaí saiu de um faturamento de R\$ 3 bilhões, em 2010, para R\$ 39,3 bilhões.

● **Qual a visão para este ano?**

A perspectiva era de melhora, e não de piora da pandemia como estamos vendo. Estamos em um cenário de baixa visibilidade. É possível que daqui três ou quatro meses haja melhora com a vacinação, mas também é possível que haja uma nova ceça. A vantagem do formato alimentar é que é resiliente.

● **Mas parte dos alimentos não é cotada em dólar?**

Compramos no mercado nacional, não corremos risco de importação. Mas vai ter impacto nos micro e pequenos empreendedores. Infelizmente, o fôlego que tiveram ano passado não deve se repetir. Por outro lado, por sermos um modelo de baixo custo, continuamos atraindo o consumidor final. Em janeiro, a diferença de crescimento entre o atacarejo e outros segmentos alimentares aumentou. Sabemos que vamos sofrer, mas vamos sofrer menos.

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 10/03/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Huawei está descartada de rede do governo, diz ministro **Impacto:** Neutro

Huawei está descartada de rede do governo, diz ministro

Em audiência pública na Câmara, Fábio Faria, das Comunicações, fala sobre projeto de rede de uso privado no 5G

Anne Warth
BRASÍLIA

O ministro das Comunicações, Fábio Faria, disse que a chinesa Huawei não poderá fornecer equipamentos para a rede privada de comunicação do governo. Líder mundial na tecnologia 5G, a Huawei tem sido excluída de redes governamentais por diversos países do mundo, disse o ministro. Os produtos da empresa, no entanto, pode-

rão integrar as futuras redes 5G que atenderão empresas e consumidores brasileiros.

"Hoje, a Huawei não está apta a participar da rede privada do governo", disse o ministro, em audiência pública sobre o 5G na Câmara dos Deputados. "Já são vários os países que estão fazendo redes privadas e a Huawei não entrou em nenhuma."

Apesar das pressões norte-americanas sobre diversos países para banir a Huawei das redes 5G, o governo brasileiro decidiu não vetar a companhia, o que somente poderia ser feito por decreto presidencial. Por outro lado, o governo decidiu impor às operadoras, entre as obrigações que elas deverão cumprir no leilão, a construção

de uma rede segura de uso exclusivo do governo.

Para fazer esta rede, uma portaria do Ministério das Comunicações estabelece que as teles deverão optar por fornecedoras que atendam aos requisitos mínimos de segurança e padrões de governança corporativa exigidos no mercado acionário brasileiro, como regras de governança, transparência e visibilidade sobre as decisões da companhia. Não será obrigatório que as empresas tenham capital aberto.

As exigências levaram a interpretações de que essa alternativa evitou um banimento mais amplo da Huawei nas redes do 5G que serão usadas pela população, como queriam as opera-

● **Custo**

R\$ 1 bi

é o teto para a construção de rede de uso privado do governo proposto pelo Ministério das Comunicações no edital do 5G

doras e a área econômica do governo, mas impediu que equipamentos da fornecedora sejam utilizados para transportar informações do governo - como desejávamos alas militar e ideológica.

Segundo o ministro, a restrição não afeta em nada a companhia chinesa, que não teria manifestado interesse em integrar essa rede segura nem em fazer

adequações que permitissem sua eventual participação. "Estive na China e eles não têm interesse em fazer a rede privada do governo", disse.

Procurada para comentar as declarações do ministro, a Huawei está no Brasil há 23 anos, sempre trabalhando com integridade, ética e transparência. Estamos comprometidos com nossos clientes, parceiros e com a transformação digital do País", disse a empresa.

Telebrás. Faria disse ainda que as teles manifestaram preocupação com o fato de que a Telebrás poderá operar a rede privada do governo, pois a estatal teria privilégios e poderia até

mesmo vir a concorrer com as teles privadas no mercado. Ao se referir à rede privada, a portaria do ministério faz remissão a um decreto que deixa claro que a função de gerenciamento da rede seria da Telebrás, mas o ministro disse que um novo decreto será editado. O Ministério da Economia também vê com restrições a possibilidade, pois quer privatizar a estatal.

"Só será a Telebrás em último caso, se não tiver ninguém interessado em operar a rede", afirmou o ministro. "Quem vai fazer a rede é o setor privado, e quem vai gerir é o privado também", disse.

O Ministério das Comunicações propôs à Anatel que incluísse no edital do 5G um teto de R\$ 1 bilhão para a construção da rede privada. A infraestrutura será de fibra óptica e deverá alcançar todo o território nacional.

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 10/03/21 - **Cidade/UF:** RJ**Título:** Serviços prestados têm alta de 0,6% em janeiro, informa IBGE **Impacto:** Neutro

Serviços prestados têm alta de 0,6% em janeiro, informa IBGE

Analista, porém, alerta que naquele mês segunda onda de covid-19 já preocupava, mas não era tão acentuada

Daniela Amorim / RIO
Thais Barcellos / SÃO PAULO

- O volume de serviços prestados no País cresceu 0,6% na passagem de dezembro para janeiro, puxado por uma melhora no transporte de passageiros e em serviços de engenharia, segundo os dados da Pesquisa Mensal de Serviços divulgados ontem pelo IBGE.

“É importante lembrar que a segunda onda de covid-19 já era preocupante em janeiro no Brasil, mas estava longe do que viria em fevereiro e março. Isso significa que o aumento do mês

de janeiro pode ser revertido nas próximas leituras”, alertou a analista da corretora de valores XP Investimentos, Rachel de Sá, em nota.

A necessidade de prestação presencial de alguns serviços em meio à pandemia ainda faz com que o setor mostre uma menor velocidade de recuperação que as demais atividades econômicas, como o comércio e a indústria. “Seja porque parte das pessoas ainda não se sentem confortáveis para usufruir de serviços presenciais como restaurantes, viagens, afetando o transporte de passageiros, como pelo menor deslocamento das famílias”, disse Rodrigo Lobo, gerente da pesquisa do IBGE.

Houve avanços em apenas duas das cinco atividades pesquisadas, ou seja, a expansão ficou concentrada, não foi disseminada, observou Lobo. Os ganhos fo-



De ônibus. Transporte de passageiros se recuperou

ram registrados em transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (3,1%) e serviços profissionais, administrativos e complementares (3,4%).

“Transportes foi a recuperação em transporte de passageiros, que foi o que mais sentiu o

efeito da pandemia, de se trabalhar de home office ou pelo menor movimento de viagens de lazer e negócios. Com o passar dos meses, a gente vê uma recuperação de receita das empresas que atuam no transporte de passageiros, mas ainda distante de recuperar o patamar pré-pandemia”, disse Lobo.

Para o pesquisador, o segmento de serviços não foi afetado em janeiro pelo fim do pagamento do auxílio emergencial, mas sim pelo recrudescimento da pandemia de coronavírus, que inibiu a decisão de consumo de determinados tipos de serviços prestados às famílias (-1,5% em janeiro ante dezembro).

Quanto aos impactos do aumento no número de casos e óbitos de covid-19, Lobo acredita que essa tenha sido a causa da piora na taxa interanual do volume de serviços, que passou de queda de 3,1% em dezembro de 2020 ante dezembro de 2019 para recuo de 4,7% em janeiro de 2021 ante janeiro de 2020.

Com pandemia, turismo perde R\$ 290,6 bilhões

RIO

As atividades turísticas já acumulam prejuízo de R\$ 290,6 bilhões desde o início da pandemia de covid-19, em março de 2020. O setor chegou a fevereiro deste ano operando com apenas 42% da sua capacidade mensal de geração de receitas, calcula a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

O setor turístico só deve recuperar no início de 2023 o nível médio de geração de receitas mensais de antes da pandemia, prevê o economista Fábio Bentes, da CNC, responsável pelo estudo.

As perdas mensais de faturamento do turismo brasileiro cresceram de R\$ 13,38 bilhões em março para R\$ 36,94 bilhões em abril, até o pico de R\$ 37,47 bilhões em maio. Houve redu-

ção no ritmo de perdas desde então, descendo a um prejuízo de R\$ 34,18 bilhões em junho, R\$ 31,87 bilhões em julho, R\$ 29,02 bilhões em agosto, R\$ 24,98 bilhões em setembro, R\$ 20,72 bilhões em outubro, R\$ 16,91 bilhões em novembro, R\$ 15,83 bilhões em dezembro e R\$ 13,35 bilhões em janeiro.

O mês de fevereiro de 2021 marcou uma interrupção nessa tendência de redução de danos: a perda mensal cresceu a R\$ 15,96 bilhões. “As perdas voltaram a subir. Acho que a segunda onda da pandemia causou essa reversão”, disse Bentes.

Mais da metade (51%) do prejuízo do setor ficou concentrada nos Estados de São Paulo (R\$ 104,9 bilhões) e Rio de Janeiro (R\$ 45,5 bilhões). A estimativa da CNC considera o que o turismo deixou de arrecadar desde a segunda quinzena de março até o fim de fevereiro, tendo como base informações das pesquisas conjunturais e estruturais do IBGE, além de séries históricas de fluxos de passageiros e aeronaves nos 16 principais aeroportos brasileiros.

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 10/03/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Brasil precisa acelerar vacinação para retomada, afirma OCDE **Impacto:** Neutro

Brasil precisa acelerar vacinação para permitir retomada, afirma OCDE

Entidade melhora previsão de expansão global, diz que pandemia eleva desigualdade e recomenda programas de preservação de empregos

Ana Estela de Sousa Pinto

BRUXELAS A ressurgência da pandemia no Brasil e a lentidão na vacinação contra a Covid-19 elevam os riscos para a recuperação econômica do país, afirmou nesta terça (9) a OCDE (grupo de 38 dos principais países do mundo).

Segundo a economista-chefe da organização, Laurence Boone, a velocidade das campanhas de vacinação é crucial para reduzir outros riscos que afetam a economia, como o aumento da desigualdade, o desemprego duradouro, o desequilíbrio fiscal e a instabilidade do mercado financeiro.

“Os governantes no mundo todo precisam garantir que vencem a corrida contra a Covid-19”, afirmou Boone, que apresentou a previsão econômica mais recente da entidade.

A OCDE elevou sua estimativa de crescimento da economia mundial neste ano, de 4,2%, na análise feita em novembro, para 5,6% nos cálculos divulgados nesta terça. Para 2022, a previsão é de crescimento global de 4%.

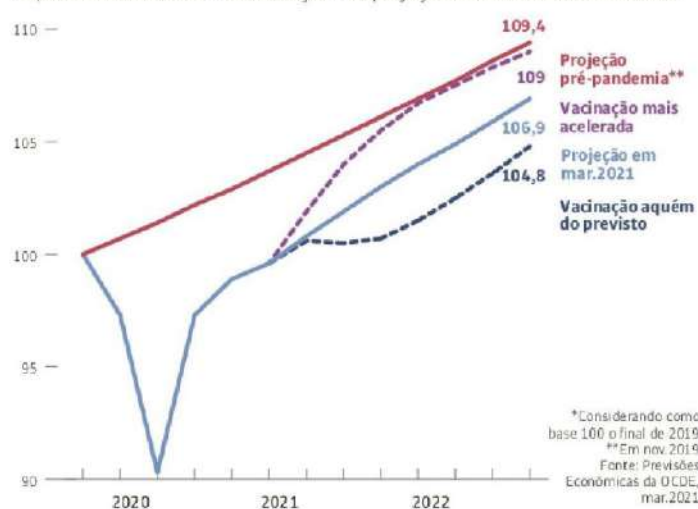
A instituição disse, porém, que as perspectivas são bastante desiguais. Os Estados Unidos, que bateram recorde de vacinação no fim de semana e estão na iminência de aprovar um pacote de estímulo fiscal de US\$ 1,9 trilhão, devem ser um dos principais motores do crescimento: a organização calcula que a economia americana deva adicionar um ponto percentual ao crescimento global.

Boone afirmou que pacotes de ajuda são importantes, mas podem ser desperdiçados se não houver proteção contra o contágio do coronavírus: “O que importa é a combinação entre saúde e estímulos fiscais”.

Se programas de vacinação não forem rápidos o suficiente para cortar as taxas de infecção e impedir a transmis-

Injeção de ânimo

Impacto da velocidade da vacinação nas projeções de crescimento da OCDE*



PREVISÕES DA OCDE DE CRESCIMENTO EM 2021

5,6%	Mundo
6,2%	G20
6,5%	EUA
7,8%	China
3%	Alemanha
5,1%	Reino Unido
5,9%	França
4,1%	Itália
3,7%	Brasil

são de variantes mais contagiosas, a confiança dos consumidores e das empresas será afetada, tolhendo a recuperação econômica, disse ela.

Para a economia brasileira, a OCDE prevê crescimento de 3,7% neste ano e 2,7% em 2022. Em ambos os casos, houve elevação em relação a estimativas anteriores, mas os números ficam bem abaixo dos previstos para a média do G20: 6,2% e 4,1%, respectivamente.

A economista-chefe também disse que a pandemia tende a elevar a desigualdade entre países e entre setores, agravar a desigualdade econômica e social e prejudicar principalmente os grupos mais vulneráveis, com risco de danos duradouros ao emprego e à qualidade de vida de boa parte da população.

A OCDE recomenda que programas governamentais de apoio para preservar empregos e sustentar a atividade de empresas sejam mantidos enquanto as economias tiverem que impor restrições contra o contágio. “Deve ser dada especial

atenção ao apoio aos jovens e aos menos qualificados, para evitar uma repetição dos danos a longo prazo causados às perspectivas de emprego destes grupos vulneráveis após a crise financeira de 2008”, afirma o relatório.

Boone disse ainda que as perspectivas de uma recuperação global mais rápida levariam a expectativas do mercado financeiro de alta da inflação. De acordo com as previsões da OCDE, as pressões de preços devem ser moderadas nas economias avançadas, mas, “nas economias de mercado emergentes, a inflação pode aumentar ainda mais”.

Ela afirmou que os níveis da dívida pública aumentaram acentuadamente em quase todos os países, mas a maioria das economias da OCDE continua a se beneficiar de taxas de juros muito baixas, que protegem a sustentabilidade fiscal.

Uma instabilidade política ou econômica prolongada, porém, pode elevar os juros em alguns países, disse Boone, agravando problemas fiscais.

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 10/03/21 - **Cidade/UF:** RJ
Título: Erro trava repasse de isenção de tributo no gás **Impacto:** Neutro

A24 QUARTA-FEIRA, 10 DE MARÇO DE 2021

FOLHA DE S.PAULO ***

mercado

Erro trava repasse de isenção de tributo no gás

Segundo distribuidores, decreto limita benefício a botijões de 13 kg, mas Petrobras não tem como identificar destino

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO Um erro do governo na edição do decreto que isentou o botijão de gás dos impostos federais vem impedindo o repasse do benefício ao consumidor. A medida foi publicada no dia 2, mas o setor diz que até agora a Petrobras só emite notas com a incidência dos tributos.

Na última semana, em vez de perceber queda no preço, o brasileiro pagou mais pelo botijão. Segundo a ANP (Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis), o preço médio do produto subiu 0,7% ante a semana anterior, para R\$ 81,43.

O problema, de acordo com empresas do setor, é resultado da falta de regulamentação do decreto que estabeleceu a isenção, que não definiu como separar os volumes de gás de cozinha destinados a botijões de 13 quilos daqueles vendidos em vasilhames maiores ou a granel.

O desconto prometido pelo governo reduziria o preço em R\$ 2,18 por botijão. Foi anunciado ao mesmo tempo da

isenção de PIS/Cofins sobre o óleo diesel, como parte de um esforço do presidente Jair Bolsonaro para enfrentar a insatisfação dos consumidores com a escalada dos preços dos combustíveis.

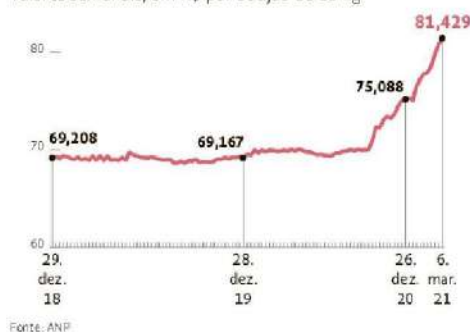
O presidente da Abragas (entidade que reúne os revendedores de gás de cozinha), José Luiz Rocha, afirma que o decreto limitou o benefício ao gás vendido para consumo residencial em botijões de 13 quilos ou menores, mas a Petrobras, que é responsável por recolher os impostos, não tem como identificar o destino do produto.

Esse papel é das distribuidoras e dos revendedores. As primeiras definem, de acordo com a demanda de seus clientes, quanto gás vão envasar em botijões menores e quanto destinarão a outros tipos de vasilhames.

Os últimos é que têm o contato com o consumidor final e poderiam saber se o uso é residencial. "O gás é um só. Como dividir o que vai para 13 quilos e o que vai para granel?", questiona Rocha.

Preço do botijão de gás no governo Bolsonaro

Valores semanais, em R\$ por botijão de 13 kg



Fonte: ANP

"A Petrobras depende dessa informação para emitir notas fiscais diferentes."

Petrobras, Receita Federal e distribuidoras vêm trabalhando para resolver o impasse, mas as alternativas propostas até o momento criam um ambiente de insegurança jurídica para as empresas do setor.

O setor negocia um mecanismo de autodeclaração, no

qual as distribuidoras informariam à estatal quanto gás pretendem envasar em botijões de 13 quilos a cada compra do produto. A expectativa é que os primeiros descontos comecem a chegar ao mercado ainda nesta semana.

As distribuidoras de gás argumentam, porém, que a solução gera riscos e tem punições caso as previsões de des-

tinuação do gás não se confirmem. E reclamam de que o modelo pode levar a fraudes, com a venda em vasilhames maiores de gás com isenção de impostos.

Até março de 2020, a Petrobras tinha preços diferentes de acordo com o destino do produto: o envasado em vasilhames de 13 quilos era mais barato que os outros usos. Mas quem definia os volumes era a ANP, com base no histórico de vendas de cada distribuidora.

As empresas do setor defendem que o modelo volte a ser utilizado, mas a proposta enfrenta resistência da Receita Federal.

No mercado, a avaliação é que a isenção foi anunciada sem planejamento e tem efeitos adversos, como subsidiar consumidores de alta renda. Segundo a Abragas, consumidores de baixa renda representam cerca de 25% das vendas de botijões no país.

"De novo, o governo deu subsídio para quem não precisava", diz ele.

"Se o governo precisa ajudar a baixa renda, tinha que ter

criado programa de governo para atender essa população."

Em 2021, o preço médio do botijão no país já subiu 8,4%, acompanhando a alta das cotações internacionais do petróleo e a desvalorização do real, movimento que vem impactando fortemente também gasolina e diesel.

A escalada dos preços se tornou um dos principais focos de preocupação do governo e levou ao anúncio de troca no comando da Petrobras.

Em nota, a estatal disse que, "para que seja possível segregar os volumes de faturamento incentivado dos volumes de faturamento não incentivado, os distribuidores devem apresentar ao produtor de GLP [gás liquefeito de petróleo, o gás de cozinha] declaração de destinação de produto."

Segundo a empresa, empresas que apresentaram declarações já conseguiram adquirir o produto com desoneração.

Receita Federal e os ministros da Economia e de Minas e Energia não haviam se pronunciado até a publicação deste texto.

Veículo: Folha de São Paulo - Tipo de Mídia: Jornal - Data: 10/03/21 - Cidade/UF: SP

Título: Digitalização amplia investimento em startups e fintechs na pandemia Impacto: Neutro

startups & fintechs

Digitalização amplia investimento em startups e fintechs na pandemia

Alocações de recursos em venture capital, de risco, superam as feitas em private equity

Isabela Bolzani

SÃO PAULO Os investimentos em fintechs e startups deve alcançar novos patamares, afirmaram executivos do setor. A expectativa é que o "novo normal" trazido pela pandemia do coronavírus impulse a criação de novos negócios tecnológicos e parcerias dessas iniciativas com grandes bancos e companhias.

O maior movimento de digitalização dos sistemas já vinha sendo impulsionado desde a chegada da Covid-19, diante do distanciamento social e da consequente necessidade de inovação nos processos de atendimento e experiência do consumidor.

Uma pesquisa da Abvcap (Associação Brasileira de Private Equity e Venture Capital) e da KPMG aponta que em 2020, pela primeira vez na história, os investimentos em fundos de venture capital superaram os vistos em fundos de private equity no Brasil (R\$ 14,6 bilhões e R\$ 9,1 bilhões, respectivamente).

No ano, essas alocações somaram R\$ 23,6 bilhões. Foi o segundo maior volume registrado na série histórica da pesquisa, de 2011 — o maior foi em 2019, quando houve um pico de investimentos nas duas categorias.

Venture capital é caracterizado por ser um investimento de risco, feito em empresas com um grande potencial de crescimento. O private equity é o investimento feito em uma companhia mais amadurecida e de capital fechado.

Segundo o superintendente do Lab 033, do Santander, Tomás Mariotto, a tendência é que esse mercado continue aquecido ao longo de 2021.

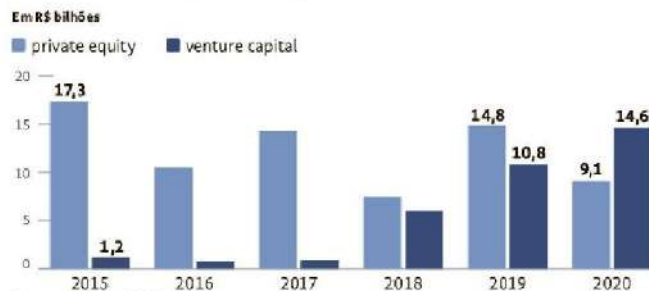
"A visão do mercado é de uma ebulição das startups. Com a maior demanda por digitalização, vimos uma aceleração muito grande desse ambiente digital, e as startups e fintechs, por serem mais flexíveis e rápidas no ajuste das engrenagens, estão surfando isso", afirmou.

Além das mais de cem startups com as quais o banco espanhol se relaciona comercialmente, Mariotto disse que o Mouró Capital, fundo de capi-



Cubo, hub de empreendedorismo do Itaú, em SP 11.dez.18/Divulgação

Investimentos em venture capital têm recorde em 2020



tal de risco atrelado à instituição, dobrou o total investido nessas iniciativas, de R\$ 200 milhões para R\$ 400 milhões.

O mesmo movimento também aconteceu não somente nos outros dois grandes bancos privados mas também em companhias de outros setores, que começaram a buscar alternativas para adaptar seus sistemas à nova realidade.

Segundo o diretor-executivo da ABFintechs (Associação Brasileira de Fintechs), Renan Schaefer, há uma demanda crescente de investidores em busca de startups, tanto pe-

“

A visão é de uma ebulição das startups. Com a maior demanda por digitalização, vimos uma aceleração muito grande desse ambiente digital

Tomás Mariotto
Lab 033

los juros básicos do país em níveis historicamente baixos como pelo fato de que bancos e companhias estão criando ou aprimorando seus braços de investimentos e parcerias com essas iniciativas.

"Parte desse movimento vem de um fator relativamente simples, com a premissa de que é mais barato e simples comprar startups do que desenvolver todo o serviço ou produto dentro de casa. Mas todo o mundo já está mais de olho nas deficiências de seus mercados específicos e ninguém quer ficar de fora des-

se movimento", completou Schaefer.

O Inovabra Ventures, braço de venture capital do ecossistema de inovação do Bradesco (o Inovabra), já tem cerca de R\$ 1,7 bilhão investido em 18 companhias.

"O primeiro objetivo desses investimentos é o retorno financeiro. Mas a missão número 2 é a de encontrar e trazer tecnologias e ideias que tenham alguma interação com a organização do banco. É um capital 100% do Bradesco e de longo prazo", disse o diretor responsável por private equity e venture capital do Bradesco BBI, Rafael Padilha.

"E o apetite não é apenas por novos investimentos, nós gostamos de alocar recursos adicionais. Se eu participei de uma rodada B, quero participar da C, da D, da E e da F se a companhia estiver performando bem", completou.

As rodadas de investimentos são processos de captação de recursos comumente usados pelas startups e fintechs. Cada rodada pode ser feita por um único fundo de investimento ou por um conjunto de fundos que, juntos, fazem o aporte.

Com o crescimento e a maior visibilidade de startups e fintechs, a expectativa é que o setor continue a ganhar tração ao longo de 2021.

Para o codiretor do Cubo Itaú, Pedro Prates, o movimento também tende a ser impulsionado por investidores internacionais, os quais enxergam três fatores principais que, segundo o executivo, justificam o investimento no Brasil: o tamanho do mercado brasileiro, a ineficiência estrutural do país — com problemas que podem ser solucionados por tecnologia — e um regulador cada vez mais aberto a fomentar a competição em um mercado concentrado.

"Além disso, a pandemia também trouxe um quarto fator importante para tudo isso, que é a mudança estrutural das corporações tradicionais. Essa interação tende a crescer e se mesclar cada vez mais durante o tempo, e tudo isso é fogo e gasolina para o crescimento do setor."

Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 10/03/21 - **Cidade/UF:** Brasília / DF - **Imagem:** 1/2
Título: Câmara aprova texto-base da PEC do auxílio **Impacto:** Neutro

Continuou de 1

Câmara aprova texto-base da PEC do auxílio

Votação de destaques deve ocorrer hoje. Proteção a servidor gerou queda de braço

BRUNO GÓES, GERALDA DOCA E MANDEL VENTURA economia@oglobo.com.br BRASÍLIA

Em uma sinalização de apoio ao ajuste fiscal, a Câmara dos Deputados aprovou ontem, em primeiro turno, o texto-base da proposta de emenda à Constituição (PEC) que abre espaço para o pagamento do auxílio emergencial e inclui medidas de controle das contas públicas fixadas pelo Senado. A votação ocorreu após um dia de negociações depois que o presidente Jair Bolsonaro defendeu a flexibilização do texto para beneficiar servidores, espe-

cialmente da área de segurança pública. A equipe econômica, no entanto, atuou para evitar a desidratação, alertando para o risco de alta de juros e inflação caso houvesse uma sinalização de aumento excessivo de gastos.

O projeto recebeu 341 votos favoráveis e 121 contrários, após uma sessão que só foi concluída durante a madrugada. Houve dez abstenções. Após essa etapa, a Câmara deve analisar hoje os

chamados destaques — propostas que ainda podem modificar o texto. Para que a PEC possa ir à promulgação sem ter que retornar ao Senado, as mudanças não podem alterar o mérito da medida. Depois desse processo, deputados ainda votarão o projeto em segundo turno, o que também deve acontecer hoje.

Em ambiente tumultuado, a oposição marcou posição com forte obstrução,

inclusive com bate-boca com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Antes da aprovação do texto principal, foi votada a admissibilidade do projeto, que atesta a constitucionalidade do texto. Partidos de esquerda reclamaram que o acordo entre deputados era votar apenas essa primeira parte.

‘PLENÁRIO É SOBERANO’

Pela manhã e durante a tarde, as negociações eram para tirar da proposta dispositivos que preveem a proibição das promoções automáticas de servidores em caso de crise fiscal. A medida beneficiaria todos os funcionários públicos e não apenas a categoria de segurança.

Depois de rodadas de negociação, o relator da proposta, Daniel Freitas (PSLSC), divulgou parecer pela aprovação do texto conforme aprovado pe-

Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 10/03/21 - **Cidade/UF:** Brasília / DF - **Imagem:** 2/2
Título: Câmara aprova texto-base da PEC do auxílio

lo Senado. Antes de publicar o documento, o parlamentar confirmou a intenção de Bolsonaro de contemplar servidores da área de segurança.

—O presidente Bolsonaro queria ver (o atendimento) à segurança pública neste momento, mas nós entendemos que agora o plenário da Câmara é soberano. E nós vamos levar à apreciação dos deputados. O meu relatório vai neste sentido (de manter o texto do Senado) —disse Freitas.

O presidente da Câmara também defendeu a manutenção do texto original.

— São situações que merecem discussão, podem merecer ou não destaques e emendas, mas a maioria esmagadora da base decidiu que o melhor será, por todo o momento que o Brasil vive, (manter o texto). A perspectiva e pre-

visões de votações na Casa têm que ser claras. E o auxílio é importante para todos —afirmou, antes da votação.

O líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PPPR), também indicou a intenção de manter o texto:

— Nós temos votos suficientes para aprovar a PEC e manter o texto do Senado.

As declarações dos parlamentares ocorreram após reuniões realizadas na manhã de ontem, uma na residência oficial do presidente da Câmara e outra no Palácio do Planalto, da qual participaram Bolsonaro e o líder do PSL, Vitor Hugo (GO) — patrocinador da flexibilização de regras para policiais.

JUROS E INFLAÇÃO

Nos bastidores, a equipe econômica

atuou para desarticular a operação de desidratação da PEC. Segundo fontes, auxiliares de Guedes conversaram com parlamentares sobre o assunto. O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, alertou os líderes de que, se a mudança fosse aprovada, não seria possível manter os juros baixos, e os preços poderiam disparar, por causa da provável reação do mercado financeiro.

Guedes recebeu o apoio do ministro da Secretaria-Geral de Governo, Luiz Eduardo Ramos, de acordo com pessoas que acompanharam as conversas. As negociações foram acompanhadas com apreensão pelo time da Economia, por causa da avaliação de que a decisão no Supremo Tribunal Federal (STF) que permitiu que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltasse a ser elegível tende afazer com que Bolsonaro intensifique a busca de apoio,

se afastando assim da agenda de ajuste fiscal.

Na semana passada, mudanças na PEC já haviam colocado Bolsonaro e Guedes em lados opostos. Teria partido do presidente o aval para retirar o Bolsa Família do teto de gastos — que limita as despesas da União —, numa operação que depois acabou frustrada.

Como aprovada no Senado, a PEC prevê a possibilidade de acionar medidas como congelamento de salários e proibição de concursos públicos caso União, estados ou municípios entrem no chamado estado de emergência fiscal, quando as despesas crescem acima de um patamar específico. As ações de controle incluem ainda a vedação de criação de qualquer outro tipo de despesa obrigatória, como concessão de bônus ou auxílios ao funcionalismo.

Clippings

Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
09/03/21	SESC RN	Site		RN	Sesc RN continua credenciamento para educadores físicos	Positivo	Matéria		A			
09/03/21	NoMinuto.com	Site	Natal	RN	No mês da mulher, Sesc permanece realizando mamografias gratuitas em Natal	Positivo	Matéria		B			
09/03/21	Blog da Juliska	Blog	Natal	RN	No mês da mulher, Sesc RN permanece realizando mamografias gratuitas em Natal	Positivo	Matéria		B			
09/03/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Bares e restaurantes de Natal estão fechando às 20h	Neutro	Matéria		A			
09/03/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Fechamento às 20h inviabiliza funcionamento de bares e restaurantes, diz prefeito de Natal	Neutro	Matéria		A			
09/03/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Parnamirim limita a 50% lotação em transportes públicos e academias	Neutro	Matéria		A			
09/03/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	MPRN pede condenação de Arena das Dunas ao ressarcimento de R\$ 32,6 mi ao Estado	Neutro	Matéria		A			

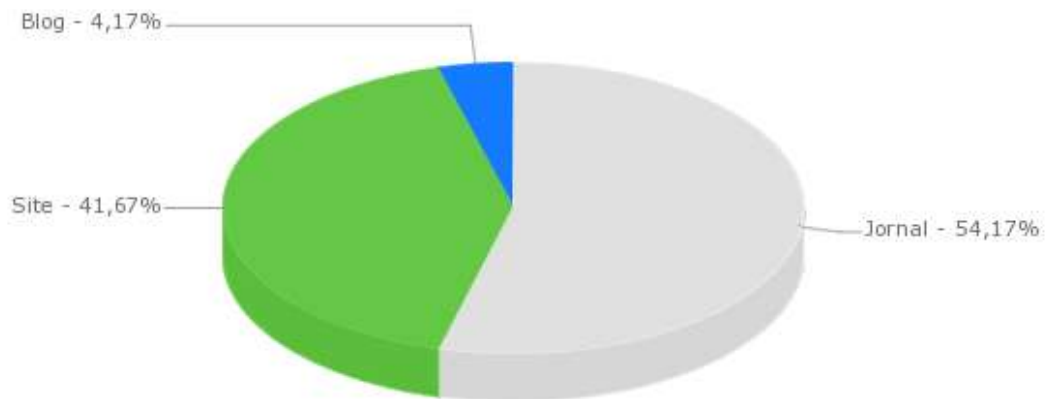
Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
10/03/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Em janeiro, volume de serviços cresceu 1,6% no RN	Neutro	Matéria		A			
10/03/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Anac abrirá, nos próximos dias, consulta pública por 45 dias para relicitação do Aeroporto do RN	Neutro	Matéria		A			
10/03/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Justiça decidirá rumo de decretos do Governo e da Prefeitura	Neutro	Matéria		A			
10/03/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Ceará-Mirim fecha comércio e órgãos públicos por 7 dias	Neutro	Matéria		A			
10/03/21	Estadão	Jornal		DF	Economia de gatilhos prevista em PEC é menor do que gasto com auxílio	Neutro	Matéria		A			
10/03/21	Estadão	Jornal		DF	Fintechs e Google fundam entidade para ter mais voz	Neutro	Matéria		A			
10/03/21	Estadão	Jornal		DF	Novo cenário político leva a revisão de projeções	Neutro	Matéria		A			
10/03/21	Estadão	Jornal		DF	Governo quer 'fundo de amortecimento' para combustíveis	Neutro	Matéria		A			

Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editori al
10/03/21	Estadão	Jornal		DF	Para crescer no digital, Magalu aposta em moda, beleza e delivery de comida	Neutro	Matéria		A			
10/03/21	Estadão	Jornal		DF	'No Assaí, foi uma decisão não ir para o e-commerce'	Neutro	Entrevista		A			
10/03/21	Estadão	Jornal		DF	Huawei está descartada de rede do governo, diz ministro	Neutro	Matéria		A			
10/03/21	Estadão	Jornal		RJ	Serviços prestados têm alta de 0,6% em janeiro, informa IBGE	Neutro	Matéria		A			
10/03/21	Folha de São Paulo	Jornal		DF	Ascensão de Lula retarda rompimento do mercado financeiro com Bolsonaro	Neutro	Matéria		A			
10/03/21	Folha de São Paulo	Jornal		DF	Brasil precisa acelerar vacinação para retomada, afirma OCDE	Neutro	Matéria		A			
10/03/21	Folha de São Paulo	Jornal		RJ	Erro trava repasse de isenção de tributo no gás	Neutro	Matéria		A			
10/03/21	Folha de São Paulo	Jornal		SP	Digitalização amplia investimento em startups e fintechs na pandemia	Neutro	Matéria		A			



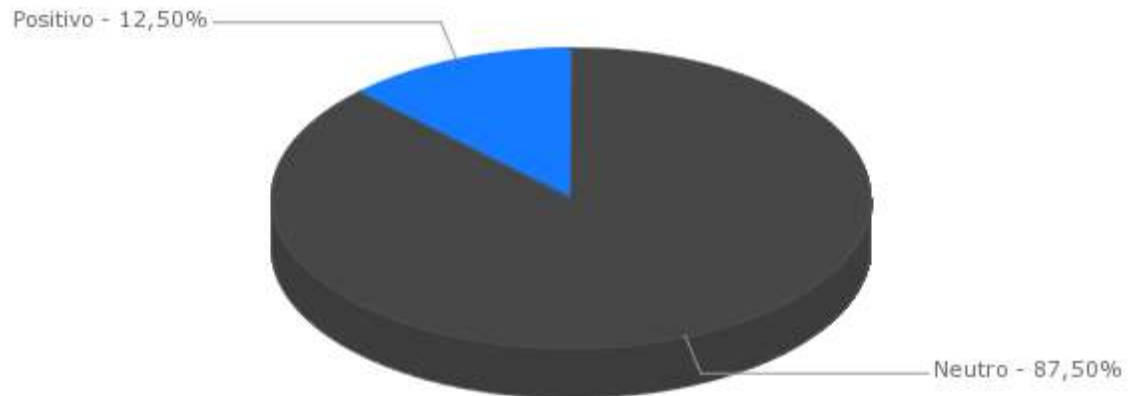
Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
10/03/21	O Globo	Jornal	Brasília	DF	Câmara aprova texto-base da PEC do auxílio	Neutro	Matéria		A			
Qtde.: 24												

Clippings por Tipo de Mídia



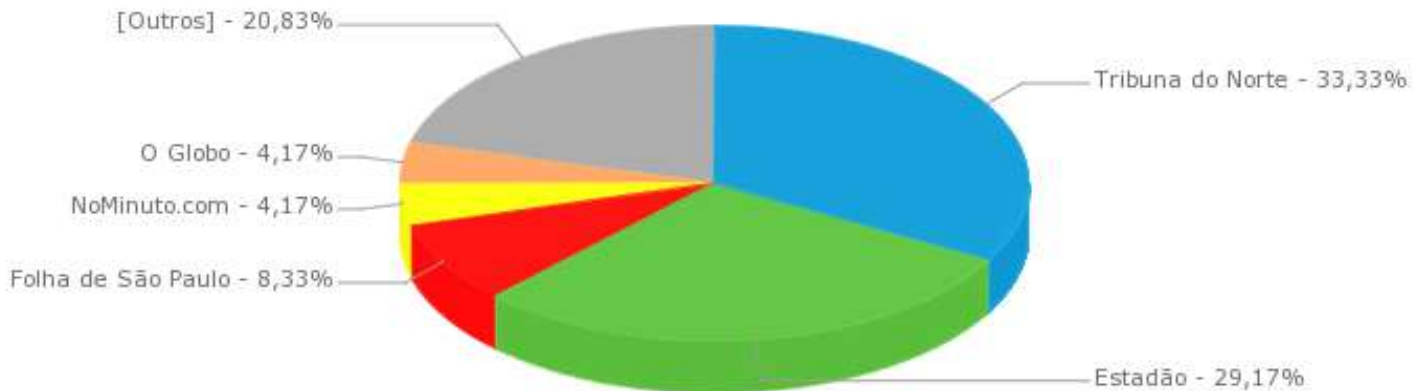
Tipo de Mídia	Qtde.	%
Jornal	13	54,17 %
Site	10	41,67 %
Blog	1	4,17 %
Total:		24

Clippings por Impacto



Impacto	Qtde.	%
Neutro	21	87,50 %
Positivo	3	12,50 %
		Total: 24

Clippings por Veículo



Veículo	Tipo de Mídia	Qtde.	%
Tribuna do Norte	Site	8	33,33 %
Estadão	Jornal	7	29,17 %
Folha de São Paulo	Jornal	2	8,33 %
NoMinuto.com	Site	1	4,17 %
O Globo	Jornal	1	4,17 %
Blog da Juliska	Blog	1	4,17 %
Folha de São Paulo	Jornal	1	4,17 %
Folha de São Paulo	Jornal	1	4,17 %
Estadão	Jornal	1	4,17 %
SESC RN	Site	1	4,17 %
Total:			24